

SUSTENTABILIDADE: Um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. (Versão Preliminar)

Dinizar Fermiano Becker *

1. INTRODUÇÃO

Vivemos num período de transição. Uma transição que alguns rotulam como passagem da sociedade urbano-industrial para a sociedade pós-industrial (Bell). Outros a qualificam como a passagem da sociedade capitalista para a sociedade pós-capitalista (Drucker). Terceiros identificam essa transição como sendo a passagem do moderno para o pós-moderno (Lyotard). Quartos, ainda, afirmam que está ocorrendo uma transição da ciência moderna para a ciência pós-moderna (Santos).

É uma transição que se revela nas múltiplas dimensões de uma crise decorrente do esgotamento do paradigma dominante e se pré-anuncia na emergência de um novo paradigma.

Os sinais emitidos por essa crise transicional, em que “um passado morto não morre, um futuro nascente não consegue nascer” (Morin e Kern), ou como propõe Gramsci “o velho está morrendo e o novo não consegue nascer”, “nos permitem tão-só especular acerca do paradigma que emergirá deste período revolucionário”, (Santos, 1988, p. 54). É o que se pretende fazer neste artigo: especular¹ sobre a emergência de um novo (velho) paradigma desenvolvimentista cristalizado no termo sustentabilidade.

Antes, no entanto, pretendemos trazer evidências que possibilitam

* Doutor em economia pela Unicamp, professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC, professor da FACEAT/FATES e Presidente do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari - CODEVAT - gestão 95/97.

¹ Este texto, mais do que qualquer outro, é um texto em elaboração. Nas palavras de Castoriadis, “é um texto se fazendo”. Portanto, um texto sujeito a críticas e, mais, um texto à espera de contribuições e sugestões dos seus eventuais leitores.

“afirmar com segurança que colapsarão as distinções básicas em que se assenta o paradigma dominante” (Santos, 1988, p. 54).

Diferentemente de Santos (1988/1989), que se atém à crise do paradigma² científico dominante, este artigo pretende tão-somente discutir as transformações no desenvolvimento contemporâneo.

Pretende-se neste artigo esboçar, mesmo que de forma especulativa e preliminar, o desenho das formas dominantes que configuram um novo paradigma de desenvolvimento regional, além de trazer evidências do colapso do paradigma de desenvolvimento contemporâneo e predominante.

2. RELEMBRANDO A TESE

Para isso nos valeremos de uma tese que desenvolvemos em textos recentes de nossa autoria, tese que pretende lançar uma luz e oferecer uma interpretação sobre a dinâmica do processo de desenvolvimento humano nas últimas décadas.

Essa tese começou a ser desenhada em texto escrito no primeiro semestre de 1994³. Nesse sentido, constata-se que (...) ao lado do processo de degradação da qualidade de vida do povo brasileiro, acelera-se a modernização “fundada nas ilusões de que as economias [...] se ajustarão naturalmente num mundo de taxas flutuantes e de enormes massas de capital que circulam pelo planeta à revelia dos bancos centrais” (Lessa, 1993, p. 10).

Esta “MODERNIZAÇÃO” é adjetivada por Tavares (1993) de CONSERVADORA e indicada como a principal causa da crise atual.

Por esse caminho, da “Modernização Conservadora”, chega-se à crescente transnacionalização dos espaços econômicos nacionais. Assim,

²Sobre o conceito de paradigma consultar: MORICONI, I. *A provocação pós-moderna: Razão histórica e política da teoria hoje*. Rio de Janeiro: EDUERJ e DIADORIN, p. 142 e segs. 1994; e, SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, v. 2, n. 2, maio/ago, 1988. Além é claro de KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

³BECKER, D.F. *Desenvolvimento participativo-criativo: Uma primeira exploração do tema*. Lajeado: FATES, Texto Discussão N° 007, 1995.

rompem-se devagar e decididamente os limites fronteirios ao capital financeiro⁴, o qual passa a ter o mundo, enquanto espaço, para sua valorização. Isso quer dizer que o capital financeiro, em geral, abre espaço para sua valorização mundial.

O livre de (fronteiras) só é possível com o livre para (a valorização sem fronteiras) porque ocorreu o “desenvolvimento descontrolado do sistema financeiro privado internacional” (Tavares, 1993, p. 22). Dessa forma, o sistema financeiro privado livra-se dos controles dos bancos centrais nacionais. A relativa liberdade do sistema financeiro agrava e acentua a instabilidade do sistema global, gerando crises financeiras e desequilíbrios crônicos em muitos dos Estados nacionais. Entre muitos, o Brasil é o exemplo mais próximo. A instabilidade decorre da “excessiva supremacia de capital bancário internacional [e nacional, no caso do Brasil] e sua extrema volatilidade” (Tavares, 1993, p. 41).

Em conseqüência, os Estados nacionais acabam impotentes, não conseguindo executar sua própria política monetária, pressionados pelas gigantescas dimensões dos mercados financeiros privados⁵, cujo caráter financeiro e poder especulativo aniquilam, ou tornam ineficientes grande parte dos instrumentos da política econômica tradicional (inclusive os da

⁴Para o conceito de capital financeiro consultar: HOBSON, John A.. *A evolução do capitalismo moderno*. São Paulo, Nova Cultural, 1985. Capítulos XI e X; TEIXEIRA, Natermes Guimarães. *O sistema bancário brasileiro e suas transformações frente à atual crise*. Campinas, IE/ UNICAMP, 1985; DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo, ICONE/UNICAMP, 1985, p. 130 e segs.; TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983, p. 209 e segs., especialmente p. 234 e segs.; Da mesma autora. *Sistema financeiro brasileiro e o ciclo de expansão recente*. IN: BELLUZZO, L.G.M. e COUTINHO, R.. *Desenvolvimento do capitalismo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1983, v. 2.; E também da mesma autora. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas, UNICAMP, 1983. Especialmente o capítulo 1.; HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo, Nova Cultural, 1986. Capítulos VII, XI, XII e XIV. HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1993. Capítulos 9, 10, 11 e 16.

⁵Atualizando a tese “últimas estimativas, dos bancos centrais dos países industrializados, dizem que o giro dessa especulação já está na casa de 1,43 trilhão de dólares por dia, só com transações com divisas, mas já está (Gazeta Mercantil 19/12/95) na casa dos 40 trilhões de dólares - quando o PIB mundial mal passa de 20 trilhões e o comércio internacional, ao longo de um ano, ainda não chegou a 6,5 trilhões. Um giro de 1,43 trilhão ao dia significa, ao fim de 250 dias úteis de um ano um total de 357 trilhões. É essa a dimensão do problema, que tira o sono dos governantes” (Novaes, 1996).

política monetária). São exatamente o caráter financeiro e o poder especulativo que “desempenham um papel decisivo no processo de internacionalização e interdependência dos grandes mercados na economia mundial” (Tavares, 1993. p. 41).

Nesse contexto da transnacionalização dos espaços econômicos, os macromercados que se desenham e se concretizam nos cinco continentes são uma mediação temporal, uma fase intermediária entre os mercados nacionais e o mercado mundial (Becker, 1994a. p. 60). No entanto, e por enquanto, a transnacionalização dos espaços econômicos não passa de uma tendência, já que é parcial.

Embora, enquanto tendência, o processo de transnacionalização seja inquestionável, a internacionalização financeira é uma realidade incontestável, o capital financeiro adquiriu “a mobilidade e a fluidez necessárias à metamorfose de sua base real-produtiva, à sua forma de ativos financeiros, cuja valorização, muitas vezes, independe da sua base real” (Becker, 1994b. p. 9). Portanto, rompe com a rigidez das imobilizações físicas e, em consequência, supera a territorialização e, com isso, alcança mobilidade e flexibilidade mundial.

Entretanto, a mundialização dos mercados, um dos aspectos da transnacionalização econômica, entendida como a “produção manufatureira para o consumo de massa em escala mundial” (Tavares, 1993. p. 47), enfrenta barreiras alfandegárias crescentes, principalmente nos países do primeiro mundo.⁶

⁶BELLUZZO tem chamado a atenção para isto: “O velho protecionismo - o das barreiras tarifárias, este, de fato, é um cachorro morto. No entanto - ensina o prof. Robert Gilpin, de Princeton, em seu livro *The political economy of international relations* - os anos 80 foram o tempo da proliferação das barreiras não-tarifárias e de outros instrumentos que deram origem ao Novo Protecionismo. Ele consiste na criação da legislação de direitos de retaliação, definição de cotas de importação voluntárias ou involuntárias -, critérios de inspeção alfandegárias, especificação de normas para concorrência pública, preferência de compras conferida às empresas locais”. E continua Belluzzo dizendo que, além dos subsídios, crédito favorecido, “o novo protecionismo supõe, naturalmente, a expansão dos poderes discricionários do governo para a execução de políticas de fomento e de aumento de competitividade. A importância dessas práticas é muito grande na definição de novos padrões de comércio e de produção. O ‘velho’ protecionismo era brincadeira de crianças diante da agressividade e da intransparência do ‘novo’ (ISTO É SENHOR, 1156, p. 30, 20/11/1991.)”

O reverso dessa medalha é a **globalização produtiva**, isto é, a produção do mundo, que compreende, além de um sistema mundial de produção integrado via parceria, consórcios e cooperação de produtores, também um “sistema internacional de filiais industriais, comerciais e bancárias” (Tavares, 1993. p. 47). O Japão é o maior e mais bem sucedido exemplo da globalização produtiva, só que não existe protecionismo maior e mais bem sucedido do que o protecionismo japonês.

Outro ponto da transnacionalização que a torna parcial são as bases produtivas manterem-se nacionais e assentadas em estruturas cujas relações estreitas e orgânicas ligam umbilicalmente “burocracia do Estado, os bancos e as grandes empresas industriais” (Tavares, 1993. p. 55). É o que Maria da Conceição Tavares conceitua como sendo “Capitalismo Organizado”, cujo exemplos maiores e mais conhecidos são o Japão e a Alemanha, segundo a mesma autora, entre outros.

Para a valorização produtiva, continua, portanto, sendo decisiva a base nacional, mesmo que o capital financeiro tenha se tornado capital do mundo.

Ao mesmo tempo que se assegura a transnacionalização dos espaços econômicos, são crescentes as dificuldades interpostas à reprodução da força de trabalho.

“Dois exemplos, para não deixar dúvidas das crescentes barreiras à reprodução da força do trabalho. Primeiro deles, o aparato de vigilância ao longo dos milhares de quilômetros da fronteira Norte-Americana-Mexicana para impedir a imigração

⁷O Jornal ZERO HORA do dia 10/11/1994 traz na página 48 reportagem reveladora da discriminação atual. Com o título “CALIFÓRNIA DECIDE PUNIR IMIGRANTES” e com subtítulo “Proposta 187 desperta o protesto do México”, a reportagem informa que: “os eleitores da Califórnia aprovaram ontem a Proposta 187, que restringe o acesso de filhos de imigrantes ilegais às redes públicas de ensino e de saúde. Os números finais: 59% a favor e 41% contra a proposta, apresentada por Ron Price e Barbara Coe, dois dirigentes regionais do Partido Republicano”. A Califórnia ostenta um dos maiores índices de desemprego dos EUA e os eleitores atribuem parte de seus problemas à presença dos trabalhadores ilegais procedentes do México e de outros países latino-americanos. O problema da clandestinidade é uma questão recorrente e que se agrava com o passar do tempo. O mesmo Jornal Zero Hora do dia 12/05/1996 traz nova matéria sob o título “Aumenta a repressão aos clandestinos” na p. 24. A reportagem diz no seu subtítulo que “O congresso americano aprova medidas que intensificam o combate à entrada de

dos mexicanos subdesenvolvidos no mundo desenvolvido. Segundo exemplo, são os movimentos conservadores de extrema direita na Europa principalmente o neonazismo na Alemanha, que se voltam contra os estrangeiros residentes e/ou trabalhando nas empresas alemãs. Os turcos residentes na Alemanha são o alvo preferido dos skinheads” (Becker e Carvalho, 1994. p. 60).

A essa união dos semelhantes, os diversos “neos”, para eliminar os diferentes, é que L. F. VERÍSSIMO, em crônica recente, **identificou como uma forma moderna de tribalização.**

Num desdobramento posterior desse mesmo texto⁸, fizemos uma síntese da tese.

... constata-se que dois movimentos contraditórios, enquanto tendências, demarcam os dias atuais: primeiro, a transnacionalização dos espaços econômicos via crescente desterritorialização do capital financeiro. Segundo, a regionalização dos espaços sociais via crescente territorialização da força de trabalho⁹.

No primeiro caso, a transnacionalização dos espaços econômicos leva os espaços nacionais a se tornarem possibilidades alternativas à

imigrantes ilegais no país”. Diz a mesma reportagem que “continuou a ampliar a cerca de arame farpado de três metros de altura ao longo da fronteira como o México! A “cortina de ferro”, o “muro de Berlin do velho oeste” aparta o povo rico do povo pobre. “... o Senador Alan Simpsom, republicano de Wyoming e autor do projeto de lei, (aprovado) posou diante de uma ampliação fotográfica de um *Green card* falso com sua fotografia e declarou-se satisfeito. “Promoveremos mudanças significativas e abrangentes para acabar com os abusos da imigração ilegal”. O próximo passo lógico será tratar da imigração legal. Só a Califórnia tem residente 2 milhões de imigrantes ilegais, esses são os números da perseguição, segundo a mesma matéria. **A aldeia global é antes de qualquer coisa uma aldeia apartada socialmente.**

⁸BECKER, D.F. (1995). Desenvolvimento contemporâneo: Processo de globalização e/ou fragmentação. *Estudo & Debate*, Lajeado: FATES, v. 2, n. 1.

⁹Para uma visão histórica e atual dessa problemática ver: HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1993. Especialmente o capítulo 14. Nesse capítulo fica claro “por que o capitalismo reterritorializa sem parar com uma mão, o que estava desterritorializando com a outra” (Deleuze e Guattari apud Harvey, 1993, p. 217

valorização do capital financeiro. As nações que assegurarem as melhores condições para a valorização do capital financeiro transformam-se nas bases nacionais ou locais¹⁰ dos grandes conglomerados mundiais, uma base sempre provisória e temporária, já que o capital financeiro caracteriza-se pela sua volatilidade e mobilidade. Isso implica que, mudando as condições do processo de valorização, aparecendo outra base nacional mais em conta, mais favorável, o capital financeiro migra para essa nova base nacional¹¹. Os espaços econômicos nacionais transformam-se, assim, em espaços alternativos à valorização do capital¹².

Já no segundo caso, pela regionalização dos espaços sociais através da crescente territorialização da força de trabalho, surgem os guetos que podem ser locais, regionais e até continentais, como é o caso da África. Mas é principalmente em nível de comunidade, de bairro, de município que a territorialização é mais problemática, já que não se territorializa em nível da União, ou de Estado. Os problemas decorrentes do processo rebatem com maior intensidade na instância político-administrativa mais próxima, ou mais acessível.

Em conseqüência, de um lado transnacionalizam-se os espaços econômicos nacionais e, de outro lado, regionaliza-se, ou melhor, territorializam-se os espaços sociais. Isso quer dizer: potencializa-se a reprodução do capital financeiro¹³ e, ao mesmo tempo, delimita-se a

¹⁰É a internacionalização da velha disputa entre os Municípios e Estados para localizar empreendimentos em seu território. É exemplo atual a disputa pela nova fábrica da GM por 11 (onze) Estados brasileiros.

¹¹Ver a respeito dessa dinâmica da acumulação: MAZZUCHELLI, F.. *Contradição em processo*. São Paulo, Brasiliense, 1985. Especialmente p.96 e segs.; HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1993. Principalmente a Parte II.; TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luis. *Desajuste Global*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993, Capítulo I.

¹²Esta afirmação parece se contradizer com a afirmação acima de que “as bases produtivas mantêm-se nacionais”. Na verdade, uma coisa é a valorização financeira, outra coisa é a valorização produtiva, uma coisa são as fábricas, outra coisa é a especulação financeira. Por fim uma coisa é o capital produtivo, outra bem diferente é a lógica do capital financeiro. É preciso ter sempre presente essa diferença fundamental.

¹³Nos termos de HARVEY (1993) conforma-se a “acumulação flexível”. Este processo demarca o confronto direto com a rigidez do fordismo. E “se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo sur

reprodução da força de trabalho¹⁴. Ou ainda, libera-se o capital e aprisiona-se o trabalhador. No senso comum, esse processo aparece como neoliberalismo e apartação social (Becker, 1994).

Em outros textos¹⁵ escritos ao longo do segundo semestre de 1994 e primeiro semestre de 1995, aprofundamos a nossa tese.

Preliminarmente, precisamos o processo de transformação:

Sem dúvida, existe uma construção¹⁶ sócio-econômico-política em nosso país. Concordamos todos que se precisa de uma desconstrução para se chegar à reconstrução baseada em novas condições sociais, econômicas e políticas¹⁷.

gimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado setor serviços, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a "Terceira Itália", Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém industrializados. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de "compressão do espaço-tempo" (...) no mundo capitalista - os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado" (Harvey, 1993, p. 140).

¹⁴Exemplos dessas novas condições podem ser observados nas transformações da estrutura patrimonial e produtiva do setor alimentar do Vale do Taquari, compra da CCGL pela AVIPAL e da LACESA pela PARMALAT.

¹⁵Ver a esse respeito Santos, M. et al. *Território: Globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

¹⁶Três mecanismos e instrumentos de controle proporcionaram esta nova realidade: Primeiro, "o acesso a informações precisas e atualizadas, bem como o seu controle, aliados a uma forte capacidade de análise instantânea de dados e de construção de cenários, tornaram-se essenciais à coordenação centralizada de interesses corporativos descentralizados. A capacidade de resposta instantânea (...) tem hoje um caráter mais crucial para a sobrevivência corporativa do que teve sobre o *fordismo*" (Harvey, 1993, p. 51).

¹⁷Observem bem, não estamos falando em destruição, em desorganização, em desintegração. Estamos falando, ao contrário, em desconstrução do igual e reconstrução do diferente que pressupõem sujeitos sociais ativos nos termos propostos por Touraine, Alain. *Critica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994. Ver 3ª parte, p. 211 a 370.

As precondições para a reconstrução passam por três esferas diferentes: primeira, uma imposição do processo geral de transformações conformado pelo processo de globalização econômica (produtiva, financeira, mercado) e que se define no conceito de competitividade, em uma direção dada pelo processo econômico liderado pelos grandes conglomerados mundializados, que acaba se transformando em objetivo de nações, regiões, organizações e instituições.

Segunda, uma brecha, uma possibilidade que, na verdade, é o outro lado da competitividade, e é o que lhe dá organicidade, e que denominamos de sustentabilidade. Sustentabilidade como reconhecimento das diversidades ambientais e culturais que se transformam em vantagens ou trunfos dos diferentes espaços e escalas geográficas e na sabedoria de como articular a autonomia decorrente da diversidade com a unidade da sociedade nacional e/ou global (Becker, 1993, p. 137). Sustentabilidade compreendida como as múltiplas alternativas que cada localidade, região ou nação tem, pelas suas diferenças culturais e ambientais, de inserir-se no processo geral potencializando seus recursos.

Terceira, uma novidade que, na verdade, se transformou numa necessidade do próprio processo de transformações: a flexibilidade. Flexibilidade que se desdobra em participação, parcerias, redes, cadeias, consórcios, alianças, integração, mercados comuns, entre outros. Flexibilidade que passou a aproximar grupos, classes, organizações, instituições, regiões e nações para tratar de determinados fins de interesse comum, e que se tornou sinônimo de parceria entre diferentes e até, quem imaginaria, parceria entre firmas concorrentes e nações inimigas.

Competitividade, sustentabilidade e flexibilidade conformam três campos distintos e separados, mas complementares, que fundamentam e dão dinâmica ao processo de desenvolvimento contemporâneo.

Desdobramentos posteriores precisaram melhor a tese.

Por um lado, existe um movimento geral de globalização, que se caracteriza pelo primado do econômico, considerando as demais dimensões da vida humana como meio. Nesse processo, a direção está nas mãos dos grandes conglomerados mundiais e é liderado pelos países do primeiro mundo, principalmente Japão, Alemanha e EUA. Esse conjunto de países e de conglomerados econômicos dão uma determinada lógica e dinâmica ao processo de valorização do capital, que se objetivam em padrões de competitividade para o mundo, deixando evidente de quem é a hegemonia

no processo de desenvolvimento contemporâneo, o que conforma um processo de igualização econômico-organizacional.

Por outro lado, reaparece todo um processo de regionalização sócio-cultural que se caracteriza: primeiro, pela defesa dos recursos ambientais (naturais) e culturais; e, segundo, pela busca de alternativas para sobreviver ao processo de globalização. Num primeiro momento, as iniciativas se caracterizam pela resistência, pela defesa, conformando estratégias defensivas. Num segundo momento, poderá ou não ocorrer, dependendo da experiência e da tradição de cada espaço em ações cooperadas, a adoção de ações ativas e cooperadas que poderão configurar estratégias competitivas baseadas nos recursos ambientais (naturais) e culturais de cada espaço (localidade, municipalidade, região, nação, outros). É a contra-hegemonia passiva, negativa, defensiva, ou ativa, positiva, ofensiva, o que dá forma e conteúdo a um processo de diferenciação sócio-cultural.

Temos os dois lados da moeda, globalização econômico-organizacional e regionalização sócio-cultural, ligando cara e coroa, e mediando globalização (igualização) e regionalização (diferenciação) está o processo de flexibilização. É uma espécie de descentralização político-institucional de todos e em todos os espaços empresariais, sindicais, organizacionais, institucionais, estatais, locais, regionais, nacionais, que recoloca a possibilidade da alteridade; portanto, admite a existência de múltiplos sujeitos e, assim, enquanto tendência, abre a possibilidade à participação dos diferentes, a parceria de diferentes, a regulação entre diferentes e a integração dos diferentes¹⁸

Por enquanto, esse fenômeno é limitado. Mas, enquanto tendência, não devemos subestimá-lo. Trata-se, na verdade, de se pensar a nossa realidade, a partir de agora (e quem sabe: imaginar nosso futuro), através do diferencial (Goldman, 1994. p. 29).

Em síntese, a tese orientadora dos textos é que existe uma ação hegemônica (processo de globalização econômico-organizacional, processo de igualização), que abre a possibilidade para a reação, a contra-hegemonia

18 Recuperar as diferenças significa retomar, repor a criatividade humana no seu sentido mais lúdico de respeito à totalidade do indivíduo enquanto sujeito do processo de desenvolvimento. No sentido que lhe dá TOURAINE, A. *A Crítica da Modernidade*. Petrópolis, Vozes, 1994. Especialmente na terceira parte, p. 211 a 370.

(processo de regionalização sócio-cultural, processo de diferenciação), as quais necessitam de mediação (processo de flexibilização, processo de descentralização político-institucional).

Nos termos analíticos propostos por Polanyi (1980), existe um movimento que prima pelo econômico, ao mesmo tempo, configura-se um contramovimento, que por excelência é social, dos quais resulta a necessidade de mediação, que é política, que tem por pressuposto a flexibilidade.

Em nossos termos, há uma lógica hegemônica que é a lógica do mercado intercapitalista transnacionalizada o qual se expressa ideologicamente no termo competitividade. Enquanto processo gera o seu contrário que acaba se transformando em bandeira da reação, a qual se pronuncia, enquanto movimento, no termo sustentabilidade. Dos interstícios desses dois processos, tornando a sustentabilidade funcional à competitividade, emerge a flexibilidade.

3. AVANÇANDO A TESE: Novas reflexões sobre a tese

Uma das conseqüências mais visíveis da crise recente do sistema capitalista é o acirramento da concorrência internacional. Dentre as muitas transformações, nas últimas décadas, pode-se destacar a reestruturação econômica de nações e a reestruturação produtiva das empresas. Tudo em função da necessidade de racionalizar o uso dos recursos, tendo em vista as melhorias necessárias na competitividade das nações e das empresas.

O pioneirismo desse processo coube aos países desenvolvidos, principalmente Japão e Alemanha. No entanto, coube aos Estados Unidos a iniciativa de estudar mais de perto a competitividade enquanto processo de construção de vantagens, já que foram os americanos que mais sentiram, num primeiro momento, o acirramento da concorrência intercapitalista transnacionalizada.

A comissão designada pela Presidência Americana e liderada pelo Prof. da Universidade de Harvard Michael Porter propôs, em 1985, um primeiro conceito de competitividade.

“Competitividade para uma nação é o grau pelo qual ela pode, sob condições livres e justas de mercado, produzir bens e serviços que se submetam satisfatoriamente ao teste dos mercados internacionais enquanto,

simultaneamente, mantenha e expanda a renda real de seus cidadãos. Competitividade é a base para o nível de vida de uma nação. É também fundamental à expansão das oportunidades de emprego e para a capacidade de uma nação cumprir suas obrigações internacionais” (apud. Coutinho e Ferraz, 1994. p. 17).

Muitos trabalhos, como os trabalhos de Porter, apontam para a empresa como célula dinâmica na construção da competitividade. Porter deixa claro que “minha teoria parte das indústrias e competidores individuais até chegar à economia como um todo”¹⁹. “Essa abordagem reconhece que a competitividade internacional de economias nacionais é construída a partir da competitividade das empresas que operam dentro e exportam a partir das suas fronteiras” (Coutinho e Ferraz, 1994 p. 17). “O sucesso competitivo passa, assim, a depender da criação e da renovação das vantagens competitivas por parte das empresas, em um processo em que cada produtor se esforça por obter peculiaridades que o distingam favoravelmente dos demais, como, por exemplo, custo e/ou preço mais baixo, melhor qualidade, menor lead-time, maior habilidade de servir a cliente etc” (Coutinho e Ferraz, 1994 p. 18). Neste enfoque “... é importante enfatizar que o elemento básico de análise é a empresa. A empresa é considerada um espaço de planejamento e organização da produção que se estrutura em torno das diversas áreas de competência” (Ferraz et al ii, 1996. p. 3).

Neste particular, “as visões que associam competitividade a desempenho em termos de market-share ou qualquer outra categoria ex-post (lucratividade, relação preço-custo, etc...) são extremamente malsucedidas em relação a sua capacidade de explicar como a competitividade de uma empresa, setor ou nação evolui no tempo” (Kupfer, 1992. p. 14).

Da mesma forma incorrem em insucesso “os defensores da abordagem da competitividade pelo ângulo da eficiência produtiva” ... (Kupfer, 1992. p. 14).

Coutinho e Ferraz (1994) consideram ambos os enfoques muito

¹⁹ PORTER, M.. (1993). *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campus; ____ (1990). *Vantagem competitiva*. Rio de Janeiro: Campus; ____ (1986). *Estratégias competitivas*. Rio de Janeiro: Campus.

restritivos²⁰, porque “abordam o tema de modo estático, permitindo apenas o exame de como os indicadores se comportam até um determinado momento” (p. 18).

Ferraz et al. (1996, cap. 1) avança um pouco mais a crítica dizendo que a competitividade revelada pela participação no mercado interno e/ou externo é limitada, pois parte-se do pressuposto que é a demanda que arbitra a competitividade. Nessa interpretação, a competitividade é uma variável ex-post que sintetiza preços e não-preços (qualidade, fatores subjetivos como habilidade em servir, diferenciação, etc.).

Segundo os mesmos autores, a competitividade potencial compreendida na capacidade e/ou na eficiência de o produtor compor um mix da produção (técnicas, finanças, pessoal) é o que define competitividade. Nesse caso, seria a oferta que arbitraria a competitividade. E nessa condição, a competitividade seria uma variável ex-ante, sintetizada na capacitação produtiva, tecnológica, financeira, gerencial, inovacional da empresa.

Tanto Coutinho e Ferraz quanto Ferraz et al. propõem que “se observados dinamicamente, tanto desempenho quanto eficiência são resultados de capacitações acumuladas e estratégias competitivas adotadas pelas empresas, em função de suas percepções quanto ao processo concorrencial e ao meio ambiente econômico em que estão inseridas.”

Por isso e nesta visão dinâmica, a competitividade deve ser entendida como “a capacidade da empresa de formular e implementar estratégias concorrenciais, que lhe permitam conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado (Coutinho e Ferraz, 1994. p.18 e Ferraz et al., 1996 p. 3).

²⁰ PORTER, M..(1993). *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campus; ____ (1990). *Vantagem competitiva*. Rio de Janeiro: Campus; ____ (1986). *Estratégias competitivas*. Rio de Janeiro: Campus.

Para aqueles que quiserem aprofundar essa discussão consultar: FAJNZYLBER, P. et al. *Sistema de indicadores da competitividade*. Campinas; Rio de Janeiro: IE/UNICAMP; EII/UFRJ, 1993. KUPFER, D.. *Uma abordagem neo-schumpeteriana da competitividade industrial*. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1992, Texto Discussão n.299. _____. *Padrão de concorrência e competitividade*. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1991, Texto Discussão n.265. HAGENAUER L.. *Competitividade: Conceitos e medidas*. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1989. Nesses textos pode-se encontrar resenhada boa parte da Bibliografia que trata dos conceitos e medidas da competitividade, nacional e estrangeira.

“A partir de uma perspectiva dinâmica, o desempenho no mercado e a eficiência produtiva decorrem da capacitação acumulada pelas empresas que, por sua vez, reflete as estratégias competitivas adotadas em função de suas percepções quanto ao processo concorrencial e ao meio ambiente econômico onde estão inseridas. Desse modo, ao invés de entendida como uma característica intrínseca de um produto ou de uma firma, a competitividade surge como uma característica extrínseca, relacionada ao padrão de concorrência vigente em cada mercado. Um padrão de concorrência, por sua vez, corresponde ao conjunto de fatores críticos de sucesso em um mercado específico” (Ferraz et al., 1996. p. 3).

Dessa forma, é a dinâmica do processo de concorrência intercapitalista de cada mercado que dá o referencial para a avaliação da competitividade. Desempenho e eficiência resultam de capacitação acumulada, e capacitação acumulada pela empresa decorre das estratégias competitivas adotadas por essa mesma empresa, estratégias que são adotadas em função da interpretação que cada agente econômico faz do processo de concorrência, enfim, do ambiente econômico. Em consequência, a competitividade não se deve a um produto ou a uma firma; decorre, isso sim, de um determinado padrão de concorrência.

Esse padrão de concorrência, segundo os mesmos autores, varia de setor para setor produtivo, ou seja, varia de mercado para mercado e depende de fatores específicos que configuram e determinam estruturas de mercado setoriais. São essas “regularidades nas formas dominantes de competição [que] constituem o padrão de concorrência setorial” (Ferraz et al., 1996. p. 6).

Cada mercado específico e setorial compreende um subconjunto de preço, qualidade, habilidade em servir, esforço de venda, diferenciação, entre outros, que lhe é próprio. São essas balizas setoriais que servem de parâmetro e condicionam a formulação das estratégias empresariais de cada setor produtivo.

“A competitividade é, portanto, função da adequação das estratégias das empresas individuais ao padrão de concorrência vigente no mercado específico. Em cada mercado vigoraria um dado padrão de concorrência definido a partir da interação entre estrutura e condutas dominantes no setor. Seriam competitivas as firmas que a cada instante adotassem estratégias competitivas mais adequadas ao padrão de concorrência setorial” (Ferraz et al., 1996. p. 7).

Nessa condição, “A competitividade está relacionada ao padrão de concorrência vigente no mercado específico considerado. É o padrão de concorrência, portanto, a variável determinante e a competitividade, a variável determinada ou de resultado” (Ferraz et al., 1996. p. 9).

Em não sendo reduzida a indicadores de desempenho ou a indicadores de eficiência, o conceito de competitividade ganha complexidade e expressa o real movimento dinâmico do processo de concorrência capitalista. Já que, em sendo o padrão de concorrência o determinante primeiro no processo decisório das estratégias competitivas, a eficiência produtiva e o desempenho da empresa são decorrência das decisões tomadas. Em outras palavras, o padrão de concorrência de cada estrutura de mercado específico fornece os subsídios, os elementos, as informações, enfim, os parâmetros para que cada empresário de determinado setor formule a sua interpretação da dinâmica daquele mercado. Com base nessa interpretação, adota estratégias competitivas que vão alterar a sua capacidade acumulada. Esta, uma vez alterada, influenciará o desempenho da empresa.

Então, o padrão de concorrência fornece as balizas para adoção das estratégias. Estas atuarão diretamente sobre a capacidade acumulada da empresa, modificando-a. Uma vez modificada a capacidade da empresa, alterar-se-á o desempenho dessa mesma organização empresarial. “Portanto, competitividade é resultado do processo de concorrência capitalista” (Coutinho e Ferraz, 1994, p. 17).

No entanto, deve-se ter o cuidado e compreender que cada mercado específico, conforme (Ferraz et al. 1996 e Coutinho e Ferraz, 1994)²¹, resulta de um número muito grande de variáveis ligadas às formas de concorrência. Nesse contexto, deve-se destacar que a competitividade, em si, resulta de dois processos dinâmicos: um interno a cada empresa, o qual os autores mencionados denominam de fatores empresariais. Fatores empresariais, segundo Ferraz (1996) são aqueles internos à firma sobre os quais a empresa pode atuar diretamente. Enquanto tal, o processo compõe variáveis do processo decisório da empresa. Esses fatores aparecem no estoque de recursos, na capacidade acumulada e nas competências consolidadas, e expressam-se na eficácia da gestão, na capacidade tecnológica e produtiva e, principalmente, na capacitação em recursos humanos.

²¹ A discussão dos fatores determinantes da competitividade será feita com base nestas duas obras: o capítulo 1 - Ferraz et al e apresentação Coutinho e Ferraz.

Outro externo à firma, o qual, por sua vez, divide-se em dois campos que os autores denominam de estruturais/setoriais e de sistêmicos. Os fatores estruturais/setoriais são aqueles, segundo Ferraz (1996), sobre os quais a capacidade de intervenção da firma é limitada pela mediação do processo de concorrência. A influência da empresa sempre será parcial e depende da estrutura de cada mercado e do grau de monopólio de mercado. Empresas líderes, certamente, influenciam mais do que outras.

Entre os fatores estruturais/setoriais destacam-se, além da influência de instituições extramercado públicas e não-públicas, que definem os regimes de incentivo e regulação da concorrência, a taxa de crescimento, distribuição da renda, estratificação da renda, sofisticação tecnológica, normatização e normalização de produtos e processos, mercados externos, sistema de comercialização, entre outros. Essas são variáveis típicas de cada mercado específico.

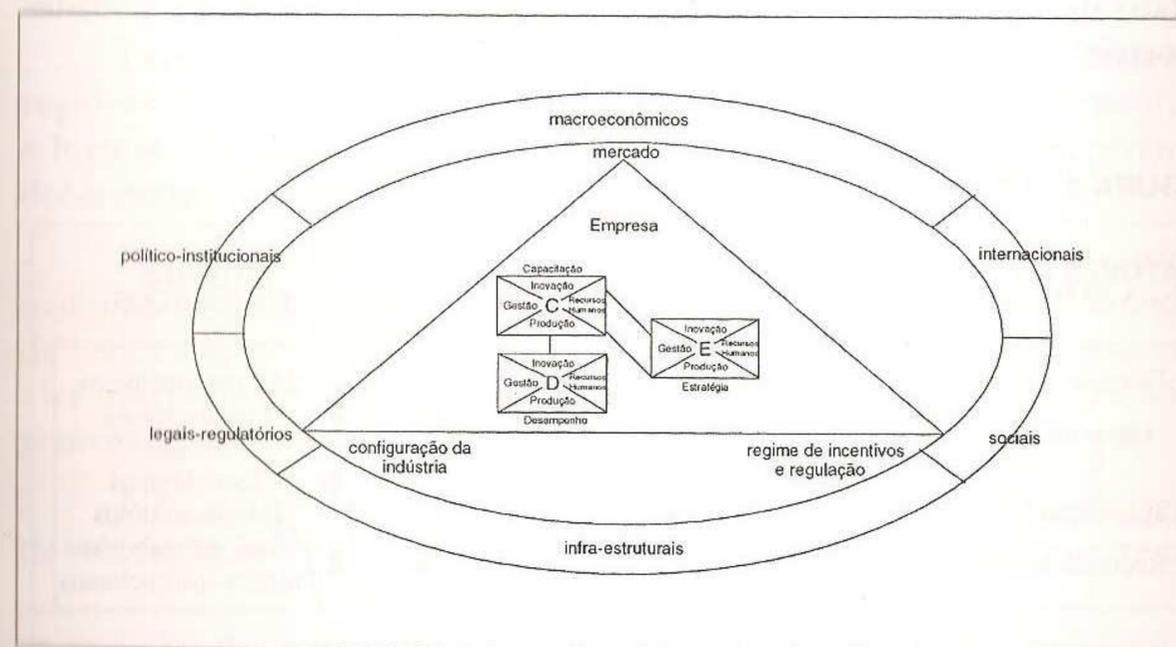
Além desses fatores estruturais/setoriais, os autores destacam outros: a configuração da indústria que se estrutura com base nas tendências do progresso técnico, ciclos de produtos e processos, esforço e regimes de P&D (Pesquisa & Desenvolvimento), oportunidades tecnológicas, introdução de inovações radicais, escalas típicas de operação, níveis de concentração técnica e econômica, grau de verticalização, diversificação setorial, distribuição espacial da produção, adequação da infra-estrutura, integração com a infra-estrutura tecnológica, parceiros fornecedores, cliente, custo do capital, concorrentes, relação capital-trabalho, grau de exposição à concorrência externa, níveis das barreiras tarifárias e não tarifárias, estrutura de incentivos e tributos na produção e comércio exterior e efetiva regulação da concorrência.

Estes dois últimos, os autores enquadram no que intitulam "Regime de Incentivos e Regulação da concorrência". Por esse ângulo, os fatores estruturais/setoriais correspondem ao amparo legal, à política fiscal e financeira, à política comercial e ao papel do Estado.

Por último, outros fatores externos à empresa são os sistêmicos. Os fatores sistêmicos são aqueles sobre os quais a capacidade de intervenção da firma é limitada pela mediação do processo capitalista em geral. A influência da empresa sempre será limitada e depende da organização sócio-político-econômica de cada região e/ou nação. Entre os fatores sistêmicos destacam-se: os **macroeconômicos** (taxas câmbio, salário, lucro, juros, impostos, tarifas); os **político-institucionais** (política tributária, política tarifária, apoio fiscal ao risco tecnológico, poder de compra do

governo, entre outros); os **legais-regulatórios** (proteção à propriedade industrial, preservação ambiental, defesa da concorrência, proteção ao consumidor, regulação do capital estrangeiro); a **infra-estrutura** (qualidade e custo de energia, transportes, telecomunicações, insumos básicos, serviços tecnológicos); os **sociais** (sistema qualificação mão-de-obra, política educação e formação de recursos humanos, proteção social e do trabalho); os **internacionais** (tendências do mercado mundial, fluxos de capital, investimentos de risco em tecnologia, organismos multilaterais, acordos internacionais). Um resumo dos fatores determinantes da competitividade aparecem na FIGURA 1.

FIGURA 1 - Fatores determinantes de competitividade



FONTE: Ferraz et al, 1996, p.14.

"... de modo geral, os fatores empresariais e sistêmicos têm incidência mais horizontal, isto é, apresentam caráter mais genérico em termos das formas e intensidades com que influenciam a competitividade nos diversos setores industriais. Em contraposição, os fatores estruturais apresentam um nítido caráter setor-específico, refletindo mais diretamente as peculiaridades dos padrões de concorrência presentes em cada ramo produtivo ou em grupos de setores similares" (Ferraz et al, 1996, p. 13). Essa proposição aparece sistematizada na FIGURA 02.

Por isso, para analisar um determinado setor produtivo, há de se considerar, em primeiro lugar, o novo modelo de empresa baseado na gestão competitiva, capacidade inovativa, capacidade produtiva e na capacitação em recursos humanos; em segundo lugar, a competição e colaboração nas cadeias produtivas sintetizadas no mercado, na configuração de indústria e no regime de incentivos e regulação da concorrência; por último, lembrando sempre da importância das externalidades configuradas nos determinantes macroeconômicos, político-institucionais, legal-regulatórios, infra-estruturais, sociais e internacionais.

No entanto, "os limites impostos pela natureza da tecnologia e do mercado, das relações interindustriais e dos condicionantes macroeconômicos, mudam de setor para setor da indústria, expressando o fato de que os padrões de concorrência apresentam especificidades setoriais" (Ferraz et al, 1996. p. 33).

FIGURA 2 - Fatores determinantes da competitividade.



FONTE: Coutinho e Ferraz, 1994. p. 19, modificado pelo autor deste texto.

Portanto, estudar qualquer setor produtivo implica identificar e analisar os fatores determinantes da competitividade naquele setor, fatores, enfim, que dão forma e conteúdo ao padrão de concorrência do setor, pois um determinado padrão de concorrência corresponde ao conjunto de fatores críticos de sucesso em um mercado específico. Uma visão geral desses fatores críticos é dada pela FIGURA 2.

Esses fatores críticos de sucesso não são uma coisa estanque; pelo contrário, são fatores em constante movimento. Portanto, são mutáveis no tempo e ajustam-se às transformações na tecnologia, no ambiente econômico e, principalmente, na organização industrial. Isso ocorre porque a competitividade se plasma no âmbito do conjunto das empresas, vale dizer, no mercado como verdadeiro espaço de concorrência intercapitalista (Ferraz et al., 1996, p. 8-9).

Essas novas condições de reprodução do capital exigem de setores e regiões que queiram se fixar competitivamente alterações na sua estrutura e formas de competição para se adequarem aos padrões de concorrência decorrentes²².

No contexto da concorrência intercapitalista é que os espaços nacionais, regionais, locais transformam-se em pontos na rede²³ mundial de valorização do capital. Em outras palavras, transformam-se em alternativas ao processo de valorização do capital financeiro transnacionalizado.

Na condição de alternativa configurada e conformada pelo processo de valorização²⁴, cabe ao nacional, regional e local configurarem e

²² Exemplos dessas novas condições podem ser observados nas transformações da estrutura patrimonial e produtiva do setor alimentar do Vale do Taquari, compra da CCGL pela AVIPAL e da LACESA pela PARMALAT.

²³ Ver a esse respeito Santos, M. et al. *Território: Globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

²⁴ Três mecanismos e instrumentos de controle proporcionaram esta nova realidade: Primeiro, "o acesso a informações precisas e atualizadas, bem como o seu controle, aliados a uma forte capacidade de análise instantânea de dados e de construção de cenários, tornaram-se essenciais à coordenação centralizada de interesses corporativos descentralizados. A capacidade de resposta instantânea(...) tem hoje um caráter mais crucial para a sobrevivência corporativa do que teve sobre o *fordismo*" (Harvey, 1993. p. 81).

Segundo, o "próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases

conformarem ambientes econômicos diferenciados, favoráveis e atrativos aos capitais transnacionalizados²⁵.

Por esse caminho, torna-se refém do processo de reprodução do capital transnacionalizado. Nesta concepção de mundo, o humano, a cultura, o natural são vistos como recursos a serem usados, bem como as múltiplas dimensões da vida são vistas como recursos a serviço da reprodução do capital. Por isso, é preciso racionalizar o irracional. Essa questão será o tema da discussão a seguir, entrando, assim, no objeto principal deste ensaio, a sustentabilidade.

4. RACIONALIZANDO O IRRACIONALIZÁVEL

Invariavelmente, os textos sobre a questão da sustentabilidade trazem na sua introdução preocupação com “os limites do crescimento material” (Hogan e Vieira, 1995 p.8), o que se faz (Kendall, 1994) “afirmar que os seres humanos e o mundo natural estão numa rota de colisão” (apud Cavalcanti, 1995. p.17), deixando entender que a irracionalidade do sistema estaria provocando essas distorções no processo de desenvolvimento humano.

Isso estaria ocorrendo porque “a crise ambiental contemporânea é justamente a irrupção da natureza, do Mundo das Coisas, enquanto sujeito, na história humana (no mundo mundano, nas palavras de Seres,

competitivas(...).A produção organizada de conhecimento passou por notável expansão nas últimas décadas, ao mesmo tempo que assumiu cada vez mais um cunho comercial (como provam as incômodas transições de muitos sistemas universitários do mundo capitalista avançado, de guardiães do conhecimento e da sabedoria, para produtores subordinados de conhecimento a saldo do capital corporativo”(Harvey, 1993, p. 51).

O terceiro desenvolvimento, que foi muito mais decisivo do que os demais, “foi a completa reorganização do sistema financeiro global e a emergência de poderes imensamente ampliados de coordenação financeira”. Mais uma vez, houve o movimento dual; de um lado, para a formação de conglomerados e corretores de extraordinário poder global e, de outro, uma rápida proliferação e descentralização das atividades e fluxos financeiros por meio da criação de instrumentos e mercados financeiros totalmente inéditos (Harvey, 1993. p. 153).

²⁵Como fazem e muito bem feito os governos que seguem à risca o receituário neo-liberal, cujos exemplos mais próximos e atuais são os Governos FHC e BRITTO: Exemplo típico de uma inserção subordinada de governos que não possuem projeto alternativo.

1990. p.18)” (Stahel, 1995. p.113). Como se fosse uma reação da natureza à sociedade industrial, já que “os ciclos naturais foram substituídos pelos ciclos industriais “ (Goldsmith, 1992 apud Stahel, 1995. p.123).

Nessa mesma linha interpretativa, a crise ambiental seria consequência do “definhamento do paradigma cartesiano - newtoniano” (Rohde, 1995. P.141), por este absolutizar os aspectos quantitativos e relativizar os aspectos qualitativos (Stahel, 1995. p.109), o que gera a recorrente impossibilidade de se quantificar a qualidade²⁶, e além de os aspectos qualitativos serem “ incorporados no sistema de preços “ (Acselrad, 1995. p.131).

Leis (1995) inclui outra dimensão à questão dizendo:

“A desordem global da biosfera põe em evidência o ‘pecado original’ da civilização. A humanidade vive em duas realidades: uma mais permanente, a do planeta Terra, e a outra mais transitória, a do mundo. A Terra e sua biosfera formam uma grande síntese de sistemas interativos e complexos (orgânicos e inorgânicos). O mundo é uma ‘segunda’ realidade, derivada da ocupação da Terra pela espécie humana. Mas enquanto a Terra é uma unidade de sistemas altamente equilibrados e estáveis, o mundo é todo o contrário. As obras e valores dos seres humanos configuram sistemas de alta instabilidade, com características divergentes e contraditórias entre si e com relação à natureza. A crise ecológica global se origina na radicalidade alcançada nos tempos modernos pela dualidade Terra - mundo, já que esta, por ser inerente ao princípio ativo da civilização, é também inevitável” (p.16).

Dá para perceber, pelos termos usados, que o autor, ao referir-se a equilíbrio e estabilidade, está destacando os desequilíbrios quantitativos como princípio do contraditório entre Terra - mundo. Mais uma vez, a quantidade aparece como moto de um “desenvolvimento estreito e predatório “ (Ferreira e Ferreira, 1995. p.121)

Nessa concepção, a natureza é considerada como recurso que deve

²⁶Embora algumas tentativas estejam sendo feitas. Exemplos: IDH (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO) DA ONU, OS IDS (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA FEE. Logo mais deverá aparecer um IDN (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA NATUREZA) ou coisa parecida. Outras pregações também podem ser constatadas: BUARQUE, 1992; BUARQUE, 1994. Alguns vão mais longe na busca do preço do uso na natureza ALTVATER, 1995 e MAY e MOTA, 1994.

ser preservado, como quantidade escassa, cujo consumo no processo produtivo deve ser racionalizado, já que é considerada meio para a reprodução econômica.

Isso está absolutamente dado “ para os adeptos da racionalidade economicista, os recursos não são vistos senão sob o ângulo de sua disponibilidade no mercado e de seu preço”. (Vieira, 1995. p. 106). Nesse rol, estão, além dos recursos humanos, os recursos culturais. Todos são considerados quantidades de insumo e/ou meios indispensáveis para a exploração econômica. Só por isso, porque são quantidades, possuem a alcunha de recursos. Nessa linha, autores famosos, cunham conceitos famosos como “capital humano”, logo cunharão outros: capital natural, capital cultural, etc.

Enquanto recurso, quantidade, custo e, só por isso, “ foi possível reconhecer que o desperdício e a poluição deixaram de representar apenas um problema referente às condições de vida e consumo das populações humanas, mas que dizem respeito à própria base de reprodução da esfera produtiva “(Ferreira e Ferreira, 1995 p.19). Portanto, é por excelência um problema do padrão de produção e consumo.

Nesse momento ganham força na contenda duas linhas básicas: uma de denúncia; outra de acusação.

Na linha da denúncia encontra-se “A lista básica dos problemas mais sérios atualmente ameaçando o planeta [é] constituída: pelo efeito estufa, pela depleção da camada de ozônio, pelo acúmulo de lixo tóxico, pela perda da biodiversidade e pelo esgotamento de recursos não-renováveis. Esses fenômenos implicam danos irreversíveis e irreparáveis para a humanidade, pelo menos dentro dos padrões da tecnologia conhecida ou previsível. Qualquer agravamento desses problemas poderia pôr em risco a sobrevivência de pelo menos parte da população do planeta, num futuro mais ou menos longínquo.

Num patamar inferior de gravidade, periculosidade e irreversibilidade, encontra-se uma categoria de problemas derivados do uso de tecnologias inadequadas, da má-administração de recursos naturais, do crescimento populacional ou de uma combinação desses fatores. Estes incluem fenômenos tais como a chuva ácida, a desertificação, a erosão, a poluição do ar, as enchentes, o esgotamento de recursos hídricos, a contaminação radiativa etc. Todos estes são graves em si mesmos, mas são

localizados em espaços mais definidos e são suscetíveis de serem controlados e revertidos num prazo relativamente curto, utilizando-se a tecnologia disponível” (Martine, 1996. p.23).

Na linha acusatória, Martine (1996) é definitivo: “a responsabilidade principal, para a maioria das ameaças planetárias mais graves, recai totalmente sobre os países de industrialização avançada “(p.23). São os responsáveis pelo efeito estufa, depleção da camada de ozônio, lixo tóxico, esgotamento dos recursos não-renováveis. Embora Martine (1996) reconheça que existe uma série de problemas ecológicos, de âmbito local, regional ou nacional, cujos antecedentes são claramente atribuíveis ao complexo pobreza/crescimento demográfico acelerado/tamanho populacional/subdesenvolvimento” (p.24) dos países periféricos que levam ao desmatamento, a desertificação, enchentes, a perda da biodiversidade, entre outros, mesmo assim, não deixa dúvidas, é “ fácil demonstrar que os padrões de produção e de consumo dos países desenvolvidos são responsáveis pela maioria dos piores problemas de degradação ecológica “ (p.24).

Transparece nesse tipo de interpretação a crise ambiental como resultado do padrão de produção e consumo, principalmente, dos países desenvolvidos, deixando entender que bastaria desconstruir um velho padrão de desenvolvimento e em seu lugar colocar um novo padrão de desenvolvimento. Para tanto, bastaria racionalizar as irracionalidades do atual padrão de produção e consumo. Esquemáticamente, poder-se-á representar essa forma de interpretar quantitativamente a crise ambiental da seguinte forma:

QUADRO 01 - RACIONALIZAÇÃO DOS RECURSOS

VELHO PADRÃO	- TRANSIÇÃO-CRISE-	NOVO PADRÃO
(+) RECURSOS (+) NATUREZA (+) HUMANO (+) CULTURA (+) FERRO (+) FRANGO (+) LEITE (+) SUÍNO		(-) RECURSOS (-) NATUREZA (-) HUMANO (-) CULTURA (-) FERRO (-) FRANGO (-) LEITE (-) SUÍNO
(-) RACIONAL	RACIONALIZAÇÃO	(+) RACIONAL

Bastaria, portanto, aumentar a eficiência do processo produtivo. Produzir mais, consumindo menos recursos. Ou seja, produzir mais carros com menos ferro por carro; produzir mais derivados de frango, suíno, leite, consumindo menos carne de frango e de suíno e menos leite por unidade produzida.

Por mais incrível que pareça, essa pregação encontra guarida na atualidade. Cresce fantásticamente o rendimento econômico das matérias-primas básicas através do processo de “descomoditização”.²⁷ Ao mesmo tempo que cresce aceleradamente a produtividade do trabalho²⁸, quantitativamente usam-se menos “recursos” naturais, culturais e humanos. O desemprego crescente²⁹, seja estrutural ou seja tecnológico, é o exemplo. Até que ponto a racionalidade proposta por este tipo de interpretação quantitativa da crise ambiental é funcional ao sistema e o legítima? Será que não é uma tentativa de racionalizar o irracionalizável? Ou, talvez, uma tentativa de construir uma nova bandeira de luta, uma nova utopia? Já que tantas outras bandeiras e utopias foram perdidas ao vento nas últimas décadas.

Algumas coincidências são reveladoras do parentesco existente entre a bandeira da sustentabilidade e a da competitividade. Tanto uma quanto outra parecem aflorarem do mesmo processo de transformações no padrão de desenvolvimento iniciado nos anos 60.

As dificuldades de reprodução do padrão de desenvolvimento que levaram ao fim do padrão monetário, baseado no dólar americano, no início dos anos 70, são o marco de um processo de transformações “que caracteriza a reestruturação mundial do capitalismo” (Mattoso, 1995, p.62). Essa reestruturação deslança todo um processo de reestruturação econômica de países, primeiro os avançados, depois os atrasados, acompanhada por toda uma reestruturação produtiva e patrimonial das empresas³⁰.

²⁷ Sobre esse processo consultar COUTINHO e FERRAZ, 1994. e FERRAZ et al, 1996; CANO, 1994; NAKANO, 1994.

²⁸ Sobre as transformações recentes no mundo do trabalho consultar: MATTOSO; 1995; MATTOSO et al (orgs.), 1994; MATTOSO e OLIVEIRA (orgs.) 1996; ANTUNES, 1995; CORIAT, 1994; TORRES, 1994.

²⁹ Dados sobre o desemprego ver bibliografia da nota acima.

³⁰ Ver a esse respeito: COUTINHO E FERRAZ, 1994; FERRAZ et al, 1996; MATTOSO et al (org.), 1994. MATTOSO e OLIVEIRA (orgs.), 1996; MATTOSO, 1995. BECKER, 1995.

Esse processo se assenta numa revolução tecnológica dos métodos de produção por excelência racionalizadora de tempo, espaço e materiais. Racionalizar passou a significar menos tempo, estoques, trabalho, energia, custos, Estado, entre outros. Em outros termos, significou eliminar do processo produtivo todos os “desperdícios”, todas as irracionalidades. Dessa forma, elevou-se fantásticamente a produtividade, potencializando a valorização produtiva e, assim, viabilizando a financeirização da riqueza via crescente valorização financeira dos ativos.

Iniciada nos países desenvolvidos, essa mudança no padrão de desenvolvimento generalizou-se a partir dos anos 80 para o mundo, provocando uma verdadeira revolução nas relações sociais e econômicas, revolução que alguns autores denominam de a “Terceira Revolução Industrial”.

É estranho e elucidativo observar como o movimento pela sustentabilidade do sistema ganhou corpo e força paralelamente às transformações que modificariam profundamente os fatores determinantes da competitividade, dando forma e conteúdo a novos padrões de concorrência intercapitalista.

Ao mesmo tempo que ruía o padrão dólar, vinha a público o relatório Meadows do Clube de Roma denunciando os Limites do Crescimento, publicação essa que coincidiu com a realização pela ONU da primeira grande conferência sobre a questão ambiental em 1972, na cidade de Estocolmo.

“Nem a publicação do Clube de Roma, nem a conferência de Estocolmo [nem as dificuldades do padrão dólar] caíram do céu. Elas foram a conseqüência de debates [da especulação contra a moeda americana] sobre os riscos da degradação do meio ambiente que, de forma esparsa, [de forma continuada e persistente] começaram nos anos 60, e ganharam no final dessa década e no início dos anos 70 uma certa densidade, [insustentabilidade], que possibilitou [levou] a primeira grande discussão [crise] internacional culminando na [no] Conferência de Estocolmo em 1972 [fim do Padrão Dólar no mesmo ano]”. (Brüseke, 1995, p. 29/30). Qualquer semelhança terá sido mera coincidência!

Desdobramentos posteriores³¹ como os compreendidos no conceito

³¹ Para aqueles que quiserem reconstruir toda a trajetória sugere-se: GEORGESCU - ROIGN, 1971; Sachs, 1986 a, 1986 b, 1993; ROHDE, 1995, D’AMATO, e Leis, 1995; BRÜSEKE, 1995; LEIS (org), 1991; PIRES e SEKIGUCHI, 1995; Viola, 1992 a; Viola & Boeira, 1990; Viola e Leis, 1991; Viola, 1992 b; Viola, 1993.

de ecodesenvolvimento, encontrados na Declaração de Cocoyak e no Relatório Dag-Hammarskjöld (Brüseke, 1995. p.32) aprofundaram a crítica ao padrão de desenvolvimento industrial e, ao mesmo tempo, propuseram alternativas racionalizadoras para o sistema.

Por fim, chega-se ao Relatório Brundland que propõe que: “Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades...”. Sobretudo atender “as necessidades essenciais dos pobres do mundo” (Brundland, 1991. p.46).

Parafraseando a TV Globo, poderíamos dizer “Esta é uma obra de ficção. Qualquer semelhança com a realidade terá sido mera coincidência”. Nesta mesma linha de ficção, aparece a ECO 92 que reuniu mais de 35 mil pessoas, entre elas 106 chefes de Governos e não correspondeu às esperanças e às expectativas (Relatório Worldwatch apud Brüseke, 1995. p. 34).

Já que a riqueza continuou sendo concentrada pelos países ricos e a pobreza continuou sendo acumulada pelos países pobres, seguindo a lógica neoliberal que levou os ricos a ficarem mais ricos e os pobres mais pobres, está cada vez mais difícil racionalizar essas irracionalidades, conforme veremos no próximo item.

Racionalizar a quantidade na exata medida qualitativa necessária para melhorar o desempenho competitivo de empresas e nações³² foi em si meio e fim para viabilizar um novo padrão de acumulação. Os programas de qualidade total bem como a normalização contida na Série ISO 31 difundem para o mundo essa lógica³³, já que foi impossível racionalizar o irracionalizável.

5. EXORCIZANDO AS UTOPIAS

Dizem que a história não se repete, mas que o presente resulta de um passado remoto também não se nega. As semelhanças, as diferenças, as continuidades, as discontinuidades demarcam, nos dias atuais, “ - uma espécie de tempo radical de rivalidade e desenvolvimento, magnífico,

³²Sobre a dinâmica e a lógica das transformações recentes ver BECKER, 1995. p. 15 e segs.

³³Governos, empresários, entre muitos outros, submetem-se a essa lógica acreditando ser a saída para a sua gestão, mal sabendo que por esse caminho chegarão à autodestruição.

multiforme, crescendo e lutando como uma floresta selvagem, e, de outro lado, um poderoso impulso de destruição e autodestruição, resultante de egoísmos violentamente opostos, que explodem e batalham por sol e luz, incapazes de encontrar qualquer empecilho, qualquer consideração dentro da moralidade ao seu dispor (Nietzsche apud Berman, 1986. p. 21).

Resulta que “todas as relações fixas, enrijecidas, com seu travo de antigüidade e veneráveis preconceitos e opiniões, foram banidas; todas as novas relações se tornam antiquadas antes que cheguem a se ossificar. Tudo o que é sólido desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens finalmente são levados a enfrentar (...) as verdadeiras condições de suas vidas e suas relações com seus companheiros humanos (Marx apud Berman, 1986. p. 20).

Estas duas citações são uma amostra como Marx, Nietzsche e seus contemporâneos viveram a modernidade em sua totalidade e profundidade.

Hoje, “um século depois, o processo de modernização desenvolveu uma rede da qual ninguém pode escapar, nem no mais remoto canto do mundo, podemos aprender de maneira considerável com os primeiros modernistas, não tanto sobre seu, mas sobre o nosso tempo” (Berman, 1986. p.35). Tendo em visto que hoje, mais do que nunca “tudo que é sólido se desmancha no ar”.

Essa intensificação do processo de modernização instalou pessimismo e um sentimento de passividade e desesperança em muitos de nós nos anos recentes, como se fosse um desencantamento radical com a modernidade.

Os desencantos se multiplicam por todos os campos e esferas. São de toda ordem e natureza. Por exemplo: existe desencanto com a ciência moderna em geral e em especial com a ciência econômica; há desencanto com o desenvolvimento humano.

Santos (1988) vai direto ao ponto, “ estamos de novo perplexos, perdemos a confiança epistemológica “ (p. 47). Perdemos a fé na eternidade, determinismo, mecanicismo, reversibilidade, ordem, necessidade do paradigma dominante (p.56). Perdemos inclusive a crença no rigor científico, “ porque fundada no rigor matemático, é um rigor que quantifica e que, ao quantificar, desqualifica; um rigor que, ao objetivar os fenômenos, os objetualiza e os degrada, que, ao caracterizar os fenômenos, os caricaturiza“ (p. 58).

Nesse contexto a ciência econômica “é uma ciência cuja

matematização e formulação são cada vez mais rigorosas e sofisticadas; mas essas qualidades contêm o defeito de uma abstração que se separa do contexto (social, cultural, político); ela conquista sua precisão formal esquecendo a complexidade de sua situação real, ou seja, esquecendo que a economia depende daquilo que depende dela. Assim, o saber economista que se encerra no econômico torna-se incapaz de prever suas perturbações e seu devir, e torna-se cego ao próprio econômico “ (Morin e Kern, 1995 p. 70).

Morin (1987) vai mais longe no seu desencanto: “sabemos agora que este conhecimento é mal conhecido e conhece mal, que é fragmentário e que ignora aquilo que desconhece e aquilo que conhece “ (p. 19). É, enfim, um conhecimento mutilado/mutilante, atomizado, parcelado e redutor (Morin, 1989. p. 13) .

Para estes e outros autores³⁴, a ciência moderna constitui-se num ciclo vicioso do objeto-sujeito-objeto e que se expressa na linearidade, determinismo, mecanicismo e disciplinaridade do conhecimento produzido. Enquanto tal, é redutor e a-histórico não conseguindo dar conta da complexidade e da dinâmica do real.

Esse desencantamento aparece mais contundente quando observado mais de perto o desenvolvimento humano recente. Um desenvolvimento “ estreito e predatório ”segundo alguns; concentrador³⁵, menos de um quarto da população mundial consome 80% dos bens e mercadorias produzidos pelo homem“ (Martine, 1996. p. 25); depredador, menos de 25% da população do globo vivem nos países ricos consumindo mais de 75% da energia (Morin e Kern, 1995. p. 83); “ que rejeita em seus guetos os excluídos do desenvolvimento , entre os quais 10% a 20% de desempregados “(Morin e Kern , 1995. P.87).

Isso faz Morin e Kern (1995) afirmar que “ a idéia de desenvolvimento continua ainda tragicamente subdesenvolvida“ porque presa à racionalidade

³⁴Autores conhecidos como Habermas, Marcuse, Adorno, Castoriadis, Baudrillard, Gaarder, Capra, Buarque fazem coro conjuntamente com outros tantos no seu desencanto com os resultados produzidos pela Ciência moderna.

³⁵Dados compilados por SACHS (1993) são definitivos: Países desenvolvidos consomem, em números redondos, a produção mundial 72% do leite; 64% da carne, 81% do papel e papelão, 86% do alumínio, 86% de cobre, 80% do ferro e do aço, 87% dos produtos químicos, 92% dos automóveis, etc. etc.

econômica (p. 74). Essa “ idéia desenvolvimentista foi e é cega às riquezas culturais das sociedades arcaicas ou tradicionais que só foram vistas através das lentes economistas e quantitativas. Ela reconheceu nessas culturas apenas idéias falsas, ignorância, superstições, sem imaginar que continham instituições profundas, saberes milenarmente acumulados, sabedorias de vida e valores éticos atrofiados entre nós. Fruto de uma racionalização ocidental-cêntrica, o desenvolvimento foi igualmente cego ao fato de que as culturas de nossas sociedades desenvolvidas comportam dentro delas, como todas as culturas, mas de formas diferentes, ao lado de verdades e virtudes profundas (entre as quais a da racionalidade, autocrítica que permite perceber as carências e falhas de nossa própria cultura), idéias arbitrárias, mitos sem fundamentos (como a ilusão de termos chegado ao auge da racionalidade e de sermos os depositários exclusivos desta), cegueiras terríveis (como as do pensamento fragmentado, compartimentado, redutor e mecanicista)” (p.84).

Segundo Buarque (1989) “as idéias do mundo, salvo a idéia de progresso, passam a ser descartáveis, ou legitimadas em função de sua articulação com a idéia central, a realização do progresso. Os valores estéticos e éticos e o conceito de eficiência social passam a definir-se conforme a contribuição que venham a oferecer ao processo de crescimento do produto na economia. As definições de beleza, de justiça, de soberania são subordinadas ao progresso no seu sentido material” (p.51).

Dessa forma, o desenvolvimento humano reduziu-se ao desenvolvimento econômico, perdendo as demais dimensões da vida e da espécie humana.

Devagar, mas crescentemente, os desencantos com a modernidade foram fazendo parte do cotidiano dos desenvolvimentistas, progressistas, cientistas, entre tantos outros desencantados. Descobriram que o próprio processo de produção da riqueza produz a pobreza. Descobriram que “o capitalismo marcou a inversão dos meios econômicos em fins, apoiado na produção pela produção, na criação incessante de necessidades visando à acumulação. Caracteriza-se por estar centrado na racionalidade econômica, em detrimento de outras racionalidades” (Stahel, 1995. p. 117).

Essa descoberta se tornou “definitiva” com a derrocada do socialismo real. Com ele teria acabado o sonho, a utopia e a história, segundo alguns.

Assim, as diversas utopias foram sendo exorcizadas pelo próprio processo de modernização, o que, em outras palavras, pode ser traduzido

no avanço absoluto do capitalismo. Agora, mais do que nunca, o econômico reina absoluto em todos os cantos e recantos do mundo.

Esse primado da racionalidade econômica pressupõe a transformação das outras racionalidades. Por isso, precisamos transitar da velha para uma nova ciência; do velho método científico para um novo método; do velho rigor científico para um novo rigor; da democracia político-formal para a democracia sócio-real; da ciência econômica tradicional para a ciência econômica ecológica; do velho progresso para um novo progresso; do velho socialismo-real para o novo socialismo-democrático; do velho desenvolvimento para o ecodesenvolvimento; do desenvolvimento econômico para o desenvolvimento sustentável.

Neste contexto a sustentabilidade tem aparecido como uma nova bandeira de luta, como reação social e política à racionalidade econômica. E nesse sentido a sustentabilidade é funcional ao sistema capitalista, pois compõe com a competitividade “um duplo movimento contrário: complementar de difícil equilíbrio: o movimento da expansão contínua do mercado [COMPETITIVIDADE], o qual tem como objetivo se estabelecer sobre bases auto-reguladas e supõe o predomínio de valores materiais e de uma razão instrumental; e o contramovimento [SUSTENTABILIDADE] destinado a frear e regular o mercado, o qual tem como objetivo [FLEXIBILIDADE] a proteção do homem e da natureza e supõe a preservação e promoção de valores éticos e espirituais” (LEIS, 1995, p. 29).

Portanto, ao mesmo tempo que exorciza velhas utopias, o próprio sistema cria e recria novas. A sustentabilidade é a que está, entre muitas outras, se tornando hegemônica nos anos 90, como se fosse o reencantamento do mundo, ou da modernidade, como preferem alguns. Nessa condição, parece configurar uma nova racionalidade do sistema capitalista. Enquanto tal, parece conformar um novo padrão de desenvolvimento regional. De que forma isso estaria ocorrendo? Essa é a especulação do próximo item.

6. SONHANDO O SONHO POSSÍVEL

Essa nova racionalidade do sistema capitalista pressupõe o desaparecimento das grandes utopias, o fim da era dos grandes modelos de desenvolvimento, e que, ao mesmo tempo, enquanto tendência tem um outro lado: cria a necessidade, ou melhor, abre a possibilidade para o surgimento de novas e diversas utopias. Dessa forma, geram-se as condições

concretas para a coexistência de múltiplos modelos³⁶ de desenvolvimento. Essa diversidade de processos de desenvolvimento orientar-se-á pelas necessidades e interesses locais³⁷. Cada localidade, comunidade, municipalidade, sub-região, região poderá e deverá optar por um processo de desenvolvimento que respeite seus valores e recursos específicos e melhor lhe oportunize participar do processo mundial de desenvolvimento.

Aceita-se, portanto, que exista uma tendência, atual e irreversível, que esteja se concretizando numa passagem das megadecisões, das macropolíticas, dos grandes projetos de desenvolvimento como forma predominante para uma crescente participação das microdecisões, das micropolíticas e dos pequenos projetos, que levarão/levam à definição e constituição de múltiplos modelos e múltiplas formas de inserção de cada conjunto no processo geral de transformações³⁸.

Antes, no entanto, de aprofundar a discussão sobre a nova realidade, é preciso não esquecer, porque é sempre necessário lembrar, os limites desse processo. Esta é uma nova fase expansionista do sistema³⁹ capitalista e, portanto, ocorre de acordo com seus pressupostos, ou melhor, de acordo com suas principais barreiras à emancipação humana: divisão do

³⁶ Usamos o termo “modelo” como sinônimo de padrão.

³⁷ Não se está pregando ou defendendo nenhum tipo de “paroquialismo”, “localismo”, “regionalismo”, “nacionalismo” ou “particularismo” característicos dos movimentos reacionários. Os neoconservadores são os que se valem da mitologia da tradição, da memória coletiva, da localidade e do lugar, da identidade cultural para tornar o processo de universalização da cidadania impossível. Ao contrário, neste texto, busca-se afirmar as aspirações universais como resultado de uma troca permanente, de um diálogo perpétuo do local, do lugar com o global. Com isso quer-se dizer que o retorno à diferença, ao heterogêneo, ao plural, à “estética do lugar” abre para a reconsideração geral da espacialidade e para que cada lugar possa criar sua imagem e construir sua identidade social, econômica, política, cultural, tecnológica e ambiental. E, assim, além da troca com o movimento global de transformações, possa constituir interfaces, pontos comuns de ação com seus singulares.

³⁸ Ao mesmo tempo que se reconhece uma tendência e a existência de um processo geral de transformações, admite-se que os múltiplos modelos estejam atrelados à transnacionalização dos espaços econômicos. Em outras palavras, a lógica da atual transnacionalização dos espaços econômicos é a lógica dos conglomerados econômicos transnacionalizados que articulam-subordinam via controle das informações, produção organizada do conhecimento, poder de coordenação financeira, parceria e consórcio um conjunto cada vez maior de agentes econômicos distribuídos no globo terrestre.

³⁹ O termo sistema, nessa parte do texto, como nas demais, é usado como sinônimo de processo.

trabalho e propriedade privada.

Não pode haver espaço para ilusão! Essa nova fase expansionista ocorre dentro dos limites do Modo Capitalista de Produção. As transformações atuais são transformações capitalistas, cuja funcionalidade está a serviço da valorização do capital financeiro, transnacionalizada.

Qualquer “novo” modelo de desenvolvimento aparecerá ou se conformará dentro dos parâmetros e limites do processo de valorização do capital financeiro, cujas relações dominantes realizam-se através do controle das informações, da apropriação do conhecimento e da capacidade de coordenação financeira global, como já exposto. São esses instrumentos “pós-modernos” que, ao mesmo tempo que viabilizam a dominação em escala mundial, abrem a possibilidade, embora dentro de limites muito objetivos e concretos e muito mais por necessidade do próprio sistema capitalista, para as histórias locais, as tradições do lugar, enfim, para os desejos, necessidades e fantasias fragmentadas.

Recupera o capitalismo, dessa forma, o turbilhão da criação destrutiva e da destruição criativa como muito bem cristalizou SCHUMPETER na figura heróica do empreendedor que era, segundo sua concepção, um destruidor criativo “por excelência”, porque estaria preparado para levar a extremos vitais as conseqüências da inovação técnica e social, mesmo que o desfecho esteja fadado à tragédia.

Nessas condições, a geografia dos gostos, dos desejos, das fantasias, das culturas, das economias, das políticas, das tecnologias, das sociedades, dos ambientes diferenciados se torna orgânica e dinamicamente a mola propulsora, sob o comando do capital financeiro, do novo padrão de acumulação flexível que se desenha e se avizinha.

Por isso, não se tem, neste texto, nenhuma ilusão, nenhuma fé, de que, por exemplo, a “municipalização” disso ou daquilo seja melhor ou pior, para beltrano ou cicrano. Municipalizar, localizar, territorializar as dificuldades, os problemas é funcional ao sistema capitalista. Devolve-se, dessa forma, os desafios às comunidades locais.

Cada qual deve se estruturar, se organizar para enfrentar a nova realidade, arcar com os custos sociais de sua própria reprodução, essa é a lógica do processo.

Portanto, a possibilidade de que aflorem novos modelos, novas utopias e, por conseqüência, que coexistam múltiplos modelos de

desenvolvimento é uma realidade decorrente do próprio processo de transformações do sistema capitalista e é funcional ao mesmo.

A partir dessa participação direta, pode-se pensar a sustentabilidade como projeto alternativo, que num primeiro momento pode ser funcional ao sistema, mas com o tempo, quem sabe, se transformar num processo emancipatório, já que este é o momento para que outros aspectos da vida humana, além do econômico-material, possam ser reintegrados ao processo de desenvolvimento, pois serão, sem dúvida, possibilitadores de trocas via diferenciação.

Nesse contexto, os modelos de desenvolvimento, longe de surgirem totalmente armados da cabeça de um só homem ou de um grupo de tecnocratas, nascem entre os homens que os procuram juntos no processo de uma troca dialógica.

Visto dessa forma, o processo de desenvolvimento, enquanto modelo, já não tem a função de convencer ou de fazer compreender o valor de um determinado modelo ou de uma solução para a questão social. Ele tem como tarefa pôr em marcha os desafios das massas: fazer ver, melhor: fazer desejar.

O processo de desenvolvimento participante assim concebido, assim praticado, escancarará a porta para o desconhecido, para o verdadeiro futuro, novo, irreduzível ao presente ou às imagens idealizadas do passado, processo de desenvolvimento participante concebido enquanto subversão do conjunto das condições da vida humana. Para submeter o cotidiano dos indivíduos é preciso colocar na ordem do dia das pessoas modelos futuros de desenvolvimento enquanto subversão do modelo contemporâneo de desenvolvimento.

Dessa forma se constrói uma utopia desenvolvimentista que, enquanto tal, se destaca do conceito para tornar-se imagem, imagem mediadora e aberta à verdade do desejo. Por esse caminho, as pessoas, os sujeitos descobrem-se para o sonho, para a utopia, para a visão, que exige distinção, seu verdadeiro espaço: a educação do desejo (Abensour, 1990.p.153).

A educação do desejo, é essa grande função organizadora do desenvolvimento participante: educar o desejo, estimulá-lo, despertá-lo. Porque é preciso ensinar o desejo a desejar, a desejar melhor, a desejar mais, sobretudo a desejar de outra forma (Abensour, 1990.p.145). Despertar a faculdade de desejar, de sonhar é despertar o indivíduo, o

cidadão, o sujeito primeiro de qualquer processo de desenvolvimento que se intitule humano.

Só assim é possível compreender o processo de desenvolvimento, pois todos os modelos de desenvolvimento são mistérios a desvendar, enquanto tal, estimulante à imaginação. Mistério a descobrir, ou melhor, enigma a desvendar, a enfrentar, a pluralizar, a partilhar, a trocar, a viver e a pensar em comum (Abensour, 1990, p.167).

Sem sonhos, sem ilusões com os pés na realidade, mas nem por isso pessimistas e/ou fatalistas, pois, embora dentro de limites muito claros e barreiras muito precisas, é aconselhável reconhecer que existe uma vaga possibilidade de a humanidade galgar a um patamar superior nas suas relações. Seja nas relações entre os homens, seja nas relações dos homens com a natureza, seja nas relações de poder, há a possibilidade de recuperar, mesmo que em parte, a capacidade criativa e inovadora dos indivíduos. Principalmente recuperar a energia decorrente de participação direta no processo decisório do desenvolvimento.

Por isso, torna-se imperativo pensar-se alternativas complementares à democracia representativa que a elevem de uma "democracia participada" para uma "democracia participante", embora sabendo-se da crítica de Bobbio (1991, p.50) que afirma ser "a democracia direta (...) um corretivo útil, para a democracia indireta". Apesar dessas limitantes, é preciso recuperar a possibilidade de que cada cidadão possa influenciar as decisões que o interessam. E mais, é preciso "uma democracia representativa que se abra às formas da democracia direta" (Occhetto, 1991, p.14). Isso será possível através da "progressiva combinação da democracia representativa com a democracia direta"⁴⁰, de modo a desenvolver cada liberdade (...) e

⁴⁰ A combinação da representação e da democracia direta certamente será a experiência mais importante dos próximos tempos, pois não é gratuita a crise do Estado, formado exclusivamente sob o princípio da representação delegada. Ela é reconhecida por cientistas políticos de todas as ideologias e origina-se, principalmente, da impotência do Estado atual para gerar políticas sociais eficazes. Nasce, também, da tendência corporativa dos parlamentos, que têm se pautado por encaminhar os problemas gerais da sociedade e cuidar muito bem das suas próprias vantagens, reflexo dos interesses das suas maiorias, hostis às reformas que a sociedade reclama. A participação direta da cidadania proporciona, então, a criação de uma esfera pública não estatal, de controle sobre o Estado, através da qual o eleitor afirma a sua autonomia, de maneira individual ou agrupada, para dar ao seu voto a consequência pretendida e que tem sido fraudada pelo Executivo e pela instituição parlamentar, inclusive nos países modernos e desenvolvidos. Em vez de o Estado invadir a sociedade, este método impregna o Estado de um controle crítico permanente. É o caso do "Orçamento Participativo" em Porto Alegre." (GENRO, T., 1994, p.17)

cada forma de participação" (Cerroni, 1991, p.62).

Para isso, é necessário superar dois desafios: criar alternativas para reconciliar os diversos aspectos do processo de desenvolvimento social, econômico, político, tecnológico, cultural e ambiental e recuperar a possibilidade de fazer renascer no indivíduo a diferença, o plural e o diverso.

Repor esse conteúdo à democracia é repor o caráter subversivo da democracia. "Não é uma relação pacífica [é um lugar do conflito, da diferença, de divergência, do plural, da contradição], porque a democracia é subversiva. E é subversiva no sentido mais radical da palavra, porque onde quer que ela chegue subverte a tradicional concessão do poder, tão tradicional, que é considerado natural, quando se trata do poder político ou econômico, do poder paterno ou sacerdotal - desce do alto para baixo" (Bobbio, 1991, p.43). Tornar-se-á muito mais subversiva se a democracia for transformada em "democracia participante" ao invés da simplesmente "democracia participada". Será o poder subindo de baixo para cima.

Essa, aliás, além de ser uma tendência, tornou-se uma necessidade do próprio processo democrático, pois compreende a superação da democracia formal, da democracia política na direção da democracia real, da democracia social. Abrange, portanto, a transição do cidadão genérico, abstrato, para o cidadão específico, concreto.

Contra o ceticismo de muitos, o pessimismo de alguns, a parte final desse item adiantará subsídios e argumentos em favor da crença na viabilidade de uma democracia mais participante. Pressupõe ela como "exigência fundamental alargar o controle democrático do sistema político para o sistema econômico" (Bobbio, 1991, p.53) nos mais diversos níveis (comunitário, local - picaçada, linha, vila, bairro -, municipal, sub-regional, regional, etc.) e nos mais diversos espaços (institucional, sindical, empresarial, organizacional, etc.).

Na verdade, não só pressupõe o alargamento dos controles democráticos, mas principalmente requer o aprofundamento do próprio processo democrático via múltiplas e variadas formas de participação do cidadão real/concreto no processo decisório.

Essa, aliás, além de ser uma tendência do próprio processo de democratização, assenta-se na possibilidade de uma transformação qualitativa de um sujeito politicamente passivo para um sujeito socialmente ativo. Acredita-se, portanto, que a emancipação humana pode e vai muito

além da emancipação política e concorda-se com Bobbio (1991,p.54) que a “emancipação política não é suficiente, é, no entanto, sempre necessária, não podendo existir emancipação humana que não passe pela emancipação política. Esta emancipação requer o desenvolvimento, a extensão, o reforço de todas as instituições das quais nasceram a democracia moderna”.

Não se trata, portanto, de reinventar a roda. Trata-se, isso sim, de recolocar velhas questões ao lado de novas alternativas à participação. Portanto, não se trata de eliminar “a democracia representativa, indireta e dominante, [que] consegue representar a si próprio, como grupo oligárquico de poder e interesse acima da sociedade civil oprimida”. (Guiducci,1991.p.75), ou eliminar porque “o modelo representativo tornou-se de fato um invólucro ao qual não corresponde há tempos a substância dos poderes”.

Pelo contrário, trata-se de superar os limites, as dificuldades crescentes interpostas ao processo de democratização recente, via aprofundamento da própria democracia. Como afirma Bobbio, a “democracia é subversiva” ao qual acrescenta, com sabedoria, Ingrao (1991,p.184) que a democracia moderna é subversiva exatamente porque “ao revelar sua imperfeição pede para tornar-se perfeita”.

Melhor do que isso, o caráter subversivo do processo democrático cria a cada momento novas possibilidades para se desenhar formas alternativas baseadas em elementos econômicos, culturais, sociais, técnicos, políticos e ambientais entre os quais se possa escolher e pelos quais seja permitido pedir também variantes ulteriores ou diretamente, inovações originais por parte dos cidadãos (Guiducci, 1991.p.76).

Entretanto, só “uma sociedade não apenas sem propriedade privada, mas também baseada numa distribuição social e horizontal de todos os trabalhos produtivos e de todas as atividades sociais, poderia, na verdade, ser participante e responsável na igualdade e, portanto, mais livre e mais justa” (Guiducci, 1991. p.78).

Embora essa assertiva pareça uma utopia distante no tempo, que esbarra na impossibilidade real e atual para sua concretização, não se pode esquecer que é por sua natureza contraditória que a democracia torna-se hoje sempre mais subversiva, sendo, por isso, incômoda, desordenada, freqüentemente irritante (Gerrantana, 1991.p.108). Enquanto processo de democratização, ela educa e abre espaços para o plural, para o diverso, para o diferente. Portanto, admite o conflito, a divergência, e a pluralidade. É

exatamente esse caráter dinâmico que torna a democratização um processo progressivo.

“E isso somente é possível alargando e organizando nossa sociedade” (Ingrao, 1991.p.191). Isso quer dizer introdução, expansão, consolidação e aprofundamento da democracia nas mais diversas áreas de desenvolvimento humano: sócio-cultural, econômico-organizacional, técnico-ambiental e político-institucional.

Na verdade, esse processo pressupõe um novo ordenamento social, por isso fundamenta uma nova fase desenvolvimentista na qual transferir-se-ão para as sociedades funções antes exercidas pelo Estado, o que provocará uma transformação qualitativa do Estado, elevando-o para um patamar superior (Signorile, 1991.p.196).

Essa tendência tem na base o caráter transformador e subversivo do próprio processo democrático, e remete a discussão para o terreno gramsciano da hegemonia⁴¹, que se constrói e se consolida no nível da sociedade civil⁴². Ali

“a conquista da hegemonia e a busca de consenso, entendidas como funções onde se exprime a atividade estatal na sua relação orgânica com todas as articulações da sociedade civil, longe de exigirem uma liberdade do Estado, empenham-se na conquista positiva de uma liberdade no Estado, ou seja, de uma liberdade na organização complexa da vida política e econômica que supere qualquer contradição entre participação e direitos políticos” (Occhetto, 1991.p.113).

⁴¹A respeito do conceito gramsciano de hegemonia ver: BOBBIO, Norberto. O conceito de sociedade civil. Rio de Janeiro. Graal, 1982. Capítulo 6; GADOTTI. Concepção dialética da educação. São Paulo, Cortez. Autores Associados, 1988. Capítulo II; GRUPPI, L.. O conceito de hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro, Graal, 1978; INNOCENTINI, M.. O conceito de hegemonia em Gramsci. São Paulo, Tecnos, 1979; PORTELLI, H. GRAMSCI e o bloco histórico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. Capítulo III; POULANTZAS, N. Poder Político e classes sociais. São Paulo, Martins Fontes, 1986. Capítulo II. GRAMSCI, A.. Quaderni del cárcere. Torino, Einaudi, 1975.

⁴²Para uma melhor discussão do que se entende por sociedade civil consultar: BOBBIO, Norberto. Governo, Estado e Sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Capítulo II. Do mesmo autor. O conceito de sociedade civil. Rio de Janeiro, Graal, 1982. PORTELLI, H.. Gramsci e o bloco histórico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. Capítulo I.

A conquista da “liberdade na organização complexa da vida política e econômica” depende em grande parte da organização do movimento social, de uma maneira geral [...] já que “a conquista da democracia é luta política, organização de interesses, clareza e concretização de objetivos” (Signorile, 1991.p.198).

Para que isso se torne possível num futuro próximo, é preciso, desde já, trabalhar alternativas viabilizadoras e transitórias que entrelacem democracia representativa e democracia participativa, democracia indireta e democracia direta, democracia delegada e democracia participante. Ao longo desse caminho transformar “democracia participada” em “democracia participante”. Quer dizer, transitar “para um sistema democrático de tipo novo, mais avançado, que seria denominado de democracia organizada” (Vacca, 1991.p.141), ou, como diz Bobbio (1991, p.50/1), de “democracia integral”⁴³. Dessa poderia resultar um projeto alternativo⁴⁴ de desenvolvimento humano.

“Democracia partindo dos de baixo” revelam as “experiências, no seu entrelaçamento com a democracia representativa e nas solicitações positivas que lhe são impressas, já indicam (...) as linhas de desenvolvimento de uma ‘democracia organizada’, como uma forma mista, provavelmente adequada à evoluções de uma sociedade democrática” (Vacca, 1991.p.141).⁴⁵

Sociedade democrática só será efetivamente democrática se for organizada de uma forma diferente, já que a organização da sociedade tornou-se pressuposto e resultado do próprio processo de democratização. Além de ser trincheira garantidora das regras do jogo democrático a sociedade organizada, ou melhor, a sociedade civil, na acepção que lhe confere Gramsci, funciona como dinamizadora do processo de transformações e aprofundamento da democracia. Nesse caso vale a regra quanto mais organizada a sociedade, mais democrática; quanto mais

⁴³O orçamento participativo praticado na cidade de Porto Alegre é um primeiro e importante passo dado nessa direção.

⁴⁴O uso do termo alternativo(a), neste texto, tem um sentido muito preciso: alternativo(a) ao neo-liberalismo, ao projeto neoconservador contemporâneo.

⁴⁵A vivência comunitária da Região do Vale do Taquari no encaminhamento e geração das condições para a reprodução e melhoria de qualidade de vida na região é o exemplo mais próximo que se tem.

democrática uma sociedade, mais organizada.

E é por isso que “a liberdade e a igualdade dos homens não são um dado de fato, mas um ideal a perseguir; não são uma existência, mas um valor; não são um ser, mas um dever ser” (Bobbio, 1992.p.29). Disso resulta o caráter progressivo e subversivo da democracia e é o que lhe dá dinâmica e movimento. Portanto, é o que a torna um processo de transformações (econômicas, políticas, sociais, culturais, tecnológicas e ambientais) e aprofundamento, um processo que não só se expande horizontalmente, quantitativamente mas um processo que se aprofunda, qualitativamente, se intensifica e perpassa o tecido social de forma vertical.

Liberdade e igualdade, enquanto fato ou ideal, enquanto existência ou valor, enquanto ser ou dever ser, dos homens, resultam, portanto, de um processo progressivo de transformações quantitativas e qualitativas. Liberdade e igualdade, ao mesmo tempo, por um lado, enquanto ideal, valor, “dever ser”, animam a luta política, por outro lado, enquanto fato, existência, “ser”, são resultados dessa mesma luta.

Liberdade e igualdade são, ao mesmo tempo e num só golpe, pressuposto e produto das relações dos homens entre si, dos homens com a natureza e das relações de poder. Isso decorre exatamente “porque uma liberdade sem igualdade traz em si o incitamento, o impulso e a tensão, e, portanto a luta e a esperança de igualdade”. E é, por isso, “uma democracia mutilada, enquanto que a igualdade sem liberdade, o puro nivelamento, anula cada potencial de tensão”. Nesse caso, “é uma democracia hibernada, isto é, propriamente, uma morte da democracia” (Ruffolo, 1991. p.204/5).

Só do aprofundamento do processo de democratização é que pode desabrochar o reconhecimento das diversidades ambientais e culturais que se transformam em vantagens ou trunfos dos diferentes espaços e escalas geográficas e na sabedoria de como articular a autonomia decorrente da diversidade com a unidade da sociedade local, regional, nacional, global (Becker, 1993. p.137). Sustentabilidade deve ser compreendida como as múltiplas alternativas que cada localidade, região ou nação tem, pelas suas diferenças culturais, ambientais e valores (éticos e morais) de se inserir no processo geral de desenvolvimento. Em outras palavras, sustentabilidade deve ser entendida como a capacidade de uma região em constituir seu padrão de desenvolvimento, num padrão de desenvolvimento diferenciado.

Potencializando suas especificidades (econômicas, sociais, políticas, culturais, tecnológicas e ambientais) que por si só são diferenciadoras e,

por isso, possibilitadoras de inserções diferenciadas. Esse pode ser o sonho possível. E só o será se a região souber a tempo promover e adotar a parceria como pressuposto, meio e objetivo do processo de desenvolvimento regional. A crescente cooperação entre os agentes do desenvolvimento regional é que viabilizará um processo de desenvolvimento diferenciado e diferenciador dos de outras regiões e, assim, abrirá as portas para o mundo, transformando a região em alternativa aos investidores transnacionalizados e dessa forma sendo funcional ao processo de valorização do capital, também transnacionalizada.

E esse é para o momento o sonho possível: transformar-se em alternativa através da crescente organização e participação direta da população no processo decisório do desenvolvimento humano, sabendo, desde já, que é preciso muita ousadia e criatividade para se chegar lá. É o que faremos no próximo item, ousar a ousadia.

7. OUSANDO A OUSADIA

Ao longo do processo de modernização perdemos a capacidade de ousar, conseqüência de todo um processo de acidentalização-homogeneização do mundo e de sujeição à dinâmica capitalista. Ou então, como diria Marx, de todo um processo de subsunção, tanto do capitalista enquanto representante do capital quanto e, principalmente, do trabalhador ao movimento de acumulação do capital. O sistema em si passa a ter como objetivo próprio: valorizar o capital. Enquanto dinâmica, enquanto motor do processo de acumulação passa a ser valor que se valoriza desvinculando-se da base real-produtiva. Esta transforma-se em base material de referência, no meio para a produção e/ou reprodução do capital.

Para muitos, a sustentabilidade enquanto bandeira, serve para se contrapor à expansão e intensificação do processo de acumulação. Para estes, sustentabilidade, enquanto processo seria algo dado, algo natural. Seria como que um retorno à lógica da natureza. Certamente, que a sustentabilidade enquanto processo e movimento social não pode ser entendida como algo dado e nem muito menos como sujeição da espécie humana à lógica da natureza. Se assim o fosse, seria um retrocesso, seria abrir mão de todos os avanços da modernidade, apesar de todas as promessas não cumpridas.

Mas afinal o que é sustentabilidade? Descartou-se acima a visão de sustentabilidade fundada na racionalização dos recursos, sejam eles naturais,

culturais ou humanos. Anotou-se ainda que um determinado desenvolvimento será mais ou menos sustentável conforme combina as diferentes dimensões da vida humana: econômica, sociológica, política, cultural, tecnológica, ambiental, etc. Onde predomina a visão do homem econômico, teremos como resultado um tipo de sustentabilidade; onde a predominância é do homem político, teremos como resultado outro tipo de sustentabilidade. O mesmo vale para o homem social, onde este predomina, teremos um terceiro tipo de sustentabilidade. Cada local, cada região combina o social, o político e o econômico de acordo com suas necessidades e possibilidades, dando à sustentabilidade um forte caráter local e regional.

Dessa forma, abre espaços para as especificidades (culturais, naturais, valores éticos e morais) locais e regionais. Portanto, são as especificidades locais e regionais que possibilitam um desenvolvimento diferenciado e diferenciador. Se isso pode ser tomado como verdade, como pressuposto, cada local e cada região procuraria potencializar suas especificidades. Isso quer dizer que cada espaço (local, regional, nacional) passaria a considerar a cultura, a natureza, o humano como um valor. Enquanto valor (o humano, a natureza, a cultura) deveria ser valorizado. Isso implicaria considerar a natureza, o humano como sujeitos. Enquanto sujeitos, a relação entre ambos acabaria em transformações não só quantitativas mas, principalmente, qualitativas. O que acarretaria, por exemplo, que o cultivo da terra deveria não só produzir um determinado quantum de alimentos de qualidade, mas, ao mesmo tempo, provocar melhorias na qualidade do solo, na fertilidade do solo.

Nessa condição, o humano, a natureza, a cultura perderiam a alcunha de recursos e passariam a ser potencialidades que deveriam ser potencializadas, qualidades locais e regionais que poderiam ser consideradas como fontes geradoras de diferenças, transformando-se em pilares de um desenvolvimento diferenciado, um desenvolvimento alternativo. Por essa argumentação, não seria nenhum absurdo considerar sustentabilidade como produto, como resultado de um determinado desenvolvimento local-regional.

Para que esse entendimento possa ter um mínimo de possibilidade de sucesso como proposição, como ousadia, é preciso partir-se do pressuposto e aqui parafraseando Bobbio, de que sustentabilidade enquanto projeto alternativo de desenvolvimento humano local-regional não é um dado de fato, mas um ideal a perseguir; não é uma existência, mas um valor;

não é um ser, mas um dever ser.

Esse novo conteúdo, essa nova forma de produção e reprodução da vida, só poderá ser uma realidade futura se a tempo soubermos, enquanto agentes do processo de desenvolvimento, dar saltos qualitativos, a começar pela visão que se tem do mundo que nos cerca.

Para iniciar, duas perguntas bem simples poderiam ser formuladas. Primeira, o que movimenta a humanidade?; segunda, o que dá direção ao processo de desenvolvimento humano? A resposta às duas questões também é muito simples: as necessidades e os desejos humanos (Quadro 01). De uma maneira geral, as necessidades e os desejos humanos podem ser agrupados em materiais, espirituais e relacionais. Nas naturais entrariam

QUADRO 01 - Necessidades e Desejos



as necessidades básicas como as necessidades físicas de comer, beber, abrigar, etc. As espirituais englobariam todas as necessidades pessoais dos indivíduos e que tenham a ver com a intelectualidade. As necessidades relacionais seriam as decorrentes da estrutura e organização da sociedade.

As necessidades são neste texto consideradas como fato, existência, ser, e os desejos como ideal, valor, dever ser. A primeira seria o presente e o segundo é entendido como futuro a ser constituído e construído. Nessa concepção, a transformação social, econômica e política do presente tendo em vista um futuro desejado é que dá forma e conteúdo ao processo de desenvolvimento humano. Nunca esquecendo que o presente é resultado de estratégias desenvolvimentistas adotadas no passado. Então o desenvolvimento presente, antes de tudo, é produto de decisões do passado, o que aumenta nossa responsabilidade no presente, pois estamos decidindo o futuro das próximas gerações.

Por isso, tornam-se importantes duas outras questões: Como se atende às necessidades? Como se satisfaz os desejos? Só tem uma forma: trabalhando. É como trabalho e do resultado do trabalho que surge a produção para atender às necessidades e para satisfazer os desejos, não

existe outra forma.

Do processo de trabalho humano resulta três tipos básicos de produção: material, cultural, ético-ideológica.

De imediato, portanto, descarta-se a visão simplista que reduz o processo de desenvolvimento à pura e simples transformação material. Não há como negar que o processo de produção humana compreende, além da produção material, a cultural e a ideológica (Ver quadro 02). Aqui cabe uma outra pergunta: do que resulta a produção da vida? Como vimos acima, a fonte é o trabalho humano. Além do trabalho, a produção material, cultural e ideológica são conformadas por três relações fundamentais: dos homens com a natureza, dos homens entre si e das relações de poder (como pode ser o observado no Quadro 03). Em outras

palavras e invertendo a ordem dos argumentos, as relações dos homens com a natureza, as relações dos homens entre si e as relações de poder dão forma e conteúdo em cada espaço, a um determinado e específico processo de desenvolvimento. Assim estruturam a cada tempo histórico uma determinada organização⁴⁶ - econômica, social e política - possível e/ou indispensável para produzir as necessidades e os desejos de cada grupo social.

Duas outras questões podem ser formuladas: o que define essas relações? E o que configura essas atividades? Compreendidas no contexto do esforço produtivo humano, as relações conformam esferas decisórias

⁴⁶ Ver a esse respeito : BECKER (1994, p.10 e segs) e LUXEMBURGO (s.d., págs 43,44,55,100,112 e 113)

QUADRO 02 - Trabalho e Produção



QUADRO 03 - Trabalho e Relações



distintas do processo de desenvolvimento: social, econômico e político. (Visualizados no Quadro 04). Por conseqüência, configuram dimensões diferentes da vida humana e/ou em campos distintos de atuação dos homens, as quais acabam conformando estruturas organizativas do processo de desenvolvimento: Sociedade, Instituições Políticas, Corporações Econômicas (ver Quadro 05).

QUADRO 04 - Esferas



QUADRO 05 - Esferas e Estruturas



Numa visão economicista, este diagrama pode ser apresentado por capital, trabalho e Estado. Isso, na verdade, resulta da divisão da sociedade moderna em classes sociais: em termos clássicos, trabalhadores e capitalistas, o que demanda mediações (Observar Quadro 05). Em termos gerais e amplos, o Estado pode ser interpretado como o espaço político mediador das diversas contradições e conflitos da sociedade moderna.

Isto se torna necessário, porque em nível privado foi erigido um complexo conjunto de organizações. É o que Gramsci conceituou de sociedade civil⁴⁷. Sobre esse conjunto erege-se o poder⁴⁸, que se pronuncia

⁴⁷Para uma melhor discussão do que se entende por sociedade civil consultar: BOBBIO, Norberto. *Governo, Estado e Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Capítulo II. Do mesmo autor. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro, Graal, 1982. PORTELLI, H.. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. Capítulo I.

⁴⁸Sobre o conceito de poder consultar: BOBBIO, N.. *Estado, Governo e Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, Capítulo III.

de forma diferenciada, dependendo do nível, ou da esfera onde e por quem é exercido: poder sócio-econômico, poder ideológico e poder político (Apresentadas no Quadro 07). Muitas vezes, normalmente nas épocas de crise, fica difícil separar os poderes em campos distintos. Nessas ocasiões, os interesses imediatos sobrepõem-se aos demais e determinam o uso da força e da coerção.

Uma outra mediação que perpassa todas as relações de produção das necessidades e desejos é a que está assentada na ciência, no saber, no conhecimento: a tecnologia (Sistematizada no Quadro 08). Esta, a tecnologia, medeia as relações do homem com a natureza, dos homens entre si e medeia as relações de dominação, de poder. Isso quer dizer que a tecnologia prepassa todas as relações. Por isso, é resultado de relações, principalmente, as sociais. (Uma síntese dessa interpretação pode ser observada no Quadro 08).

Pode-se, agora, fazer uma primeira aproximação do que se entende por desenvolvimento, neste texto. Nessa primeira aproximação e pelo exposto até aqui, é possível dizer que o processo de desenvolvimento [produção das necessidades (material) e dos desejos (cultural) e o que cimenta essa produção (ético-ideológica)] compreende quatro outros processos altamente

QUADRO 06 - Sociedade Civil



QUADRO 07 - Poder



QUADRO 08 - Estrutura, Mediação, Base e Direção



complementares: desenvolvimento econômico-organizacional, desenvolvimento sócio-cultural, desenvolvimento político-institucional e desenvolvimento tecnológico-ambiental (Ver Quadro 09).

Nesse sentido, dois aspectos essenciais da vida humana retornam à mesa das decisões, enquanto fatores decisivos do processo de desenvolvimento: cultural e ambiental. Cultura enquanto produto das relações dos homens entre si e dos homens com a natureza local, e ambiente enquanto possibilitador ou limitador de uma inserção diferenciada de cada localidade no processo mundial de desenvolvimento, porque cultura e ambiente são duas faces locais de uma mesma moeda, o processo de desenvolvimento.

Em adicional, como muito bem coloca Leite (1994, p.7), aos muitos lugares e elementos que compõem o processo de desenvolvimento são atribuídos valores específicos que mudam constantemente a evolução dos padrões culturais. Estes estão, por sua vez, fortemente enraizados nos processos naturais de cada lugar ou região, isto é, a natureza e a cultura juntas, como processos interagentes, conferem forma e individualidade aos lugares. Enfim, conformam o próprio e o específico (as especificidades) do lugar, distinguindo o lugar do geral e dos seus singulares.

Portanto, cada processo de desenvolvimento específico representa, ou melhor, expressa a conexão entre a produção material, produção cultural e a produção ético-ideológica do lugar, respondendo ao mesmo tempo às necessidades sociais de mudança. Por isso, as intervenções no processo de desenvolvimento devem considerar as condições naturais, culturais e ético-ideológica de cada lugar como pressuposto e, ao mesmo, resultado do próprio processo de desenvolvimento.

Não há como pensar o processo de desenvolvimento sem considerar as condições sociais, políticas, econômicas, de estruturação e organização da comunidade.

Isso, sem dúvida, só pode ser alcançado

QUADRO 09 - Síntese da Interpretação



“pela participação social no processo de decisão e construção regional, garantindo a adaptação rápida às constantes mudanças provenientes do dinamismo global (...). Essa participação é, entretanto, um processo formativo lento, uma recuperação coletiva da capacidade de organizar e construir uma região [lugar, local, comunidade] que implica não cortar opções ou, melhor, não levar os diversos segmentos da sociedade a situações indesejadas (...) por absoluta falta de opções” (Leite, 1994, p.26).

Essa participação só se tornou possível em nossos dias, porque funcional e necessária ao próprio sistema capitalista. O rompimento da rigidez tornou-se uma necessidade do processo de valorização do capital. Flexibilizar a acumulação, a produção, o trabalho, o espaço compreende também flexibilizar a participação do plural, do diverso, do diferente⁴⁹.

Duas condições, produto da modernidade, contribuem, ou melhor, tornaram-se viabilizadoras desta nova possibilidade: o avanço tecnológico que potencializou a capacidade analítica da humanidade para trabalhar com um crescente número de informações cada vez mais complexas e a crescente organização da sociedade moderna e “o surgimento da sociedade civil como terceiro sistema de poder (...)” (Nerfin apud Sachs, 1993, p.30).

Por esse caminho, é possível aproximar-se do que se denomina de um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. Trata-se, pois,

“de ajudar a sociedade civil a tornar-se o terceiro sistema de poder, a tomar consciência do seu papel para vir a ser uma entidade por si mesma, a começar a ter voz própria, a impor suas opções plurais; em resumo, reequilibrar a seu favor a relação de forças perante o Estado e as instituições que dominam a vida econômica, sejam elas privadas ou públicas. Isto porque uma constatação banal e não obstante essencial salta aos olhos: o desenvolvimento só se

⁴⁹Essa discussão, no entanto, ficará para um próximo artigo. De acordo com o projeto inicial de trabalhar as transformações recentes sob três enfoques diferentes: primeiro, da Competitividade (texto referido); segundo, sustentabilidade (este texto); e, terceiro, flexibilidade (texto a ser escrito).

pode manifestar lá onde vivem as pessoas, isto é, localmente” (Sachs, 1986a, p. 115).

São, enfim, os diversos agentes dessas localidades que definirão ou não a articulação interna nas comunidades locais e da natureza de suas relações externas com a sociedade regional, estadual, nacional, continental e mundial.

Daí advém a necessidade e a possibilidade de se conceber o desenvolvimento econômico, político e social, como um processo amplamente participante, democrático e plural: um desenvolvimento diferenciado e, por isso, alternativo.

Para tanto, cada lugar, cada local, cada comunidade, cada microrregião, cada região, cada estado, cada nação, cada continente terá que produzir seus mecanismos e instrumentos institucionais de participação. Além da construção destes mecanismos e instrumentos participantes, é preciso decidir por uma marca, por uma identidade social, econômica, política, cultural, tecnológica e ambiental pelo qual cada lugar será conhecido e reconhecido como parte do processo de desenvolvimento mundial. Enfim, ousar a ousadia é cada lugar, local, comunidade, microrregião, região, etc. ter seu projeto alternativo de desenvolvimento humano.

Nesse contexto, as especificidades, porque fonte de diferença, tornam-se as moedas a definir os ritmos de valorização de cada lugar, de cada local, de cada cultura, de cada pedaço da natureza, de cada conjunto de valores éticos e morais, enfim, valorização do humano, e, portanto, definidoras da sustentabilidade de cada processo de desenvolvimento.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em texto anterior⁵⁰, demonstramos que o próprio processo de globalização compreende um processo de fragmentação que se pronuncia na crescente compressão do espaço. Esse processo contraditório recoloca

⁵⁰BECKER, D. F. Desenvolvimento contemporâneo. Estudo & Debate. Lajeado, FATES, U2, N1, p. 1-24, 1995.

o local como espaço privilegiado da ação humana. Dessa forma, reaproximando o homem, enquanto espécie, do seu próprio processo de desenvolvimento. Com efeito, o desenvolvimento humano passa a se manifestar lá onde vivem as pessoas, isto é, localmente.

Com isso, abre-se a possibilidade para se reconhecer e conferir autonomia às diferentes formas de organização das comunidades regionais e de suas formas de inter-relacionamentos (Stroh, 1995. p. 285). As especificidades das características (sociais, econômicas, políticas, culturais, tecnológicas, ambientais) da região é que passam a conferir identidade do local (Stroh, 1995. p. 285). As diferentes regiões resultam das diversidades sociais, econômicas, políticas, culturais, tecnológicas, ambientais, etc.

Em decorrência, as regiões deixam de ser versões em escala menor das nações. Elas adquirem especificidades que exigem teorias próprias para explicar o seu processo de desenvolvimento (Haddad, 1993. p. 261). Portanto, o processo de desenvolvimento regional deixa de ser pura e simplesmente uma questão quantitativa e adquire crescentes dimensões qualitativas, através do pleno reconhecimento e do pleno desabrochar das diversidades regionais. Por esse caminho, a qualidade deixa de ser usada tão somente para potencializar a quantidade. Não é um puro e simples processo de diferenciação para conquistar crescentes fatias do mercado. A qualidade entra aqui como resultado das diversidades culturais, naturais, ético-morais, configurados e conformados em cada região.

No interior de cada processo de desenvolvimento regional, a qualidade só pode ser conquistada através da crescente organização e participação da população no processo decisório e nos frutos do desenvolvimento. Nessa condição, a qualidade transforma-se em objetivo que só pode ser alcançado através da valorização da cultura, do natural e dos valores ético-morais de cada lugar. Enquanto tal, essa concepção de um novo desenvolvimento regional baseado nos valores locais e comunitários emerge como um tema privilegiado de pesquisa interdisciplinar orientado para a ação: e só assim poderá se transformar em desenvolvimento alternativo. Tolstói já afirmava: “conhece tua aldeia e serás global”. Para conhecer nossa aldeia, precisamos desde já “pensar globalmente e agir localmente” (Stroh, 1995. p. 278).

BIBLIOGRAFIA

- ABENSOUR, M.. *O novo espírito utópico*. Campinas, UNICAMP, 1990.
- ACSELRAD, H.. *Externalidade ambiental e sociabilidade capitalista*. IN: CAVALCANTI, C. (org). *Desenvolvimento e natureza*: São Paulo: Cortez/ Recife: Joaquim Nabuco, 1995.
- ALTVATER, E.. *O preço da riqueza*. São Paulo: UNESP, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho*. São Paulo: Cortez/UNICAMP, 1995.
- BECKER, Dinizar F.. *A economia política do Vale do Taquari*. Estudo & Debate. Lajeado: FATES, V1, N1, 1994.
- BECKER, B. K. *A Amazônia pós-ECO-92*. IN: BURSZTYM, M.. *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BECKER, Dinizar F.. *Desenvolvimento participativo-criativo: Uma primeira exploração do tema*. Lajeado: FATES, 1995, Texto Discussão, n. 7.
- BECKER, Dinizar F.. *Competitividade: Um novo paradigma desenvolvimentista*. Lajeado: FATES, 1995, Texto Construção, n. 1.
- BECKER, Dinizar F.. *Competitividade: Um novo padrão de produção e consumo*. Lajeado: FATES, 1995, Texto Discussão, n. 11.
- BECKER, Dinizar F.. *Competitividade: Um novo padrão de produção e consumo mundial*. Estudo & Debate. Lajeado: FATES, v. 2, n. 2, 1995.
- BECKER, D. F.. *Competitividade: Um novo padrão de desenvolvimento regional*. 1996. (Inédito).
- BECKER, D.F.. *Desenvolvimento contemporâneo: Processo de globalização e/ou fragmentação*. Estudo & Debate, Lajeado: FATES, v.2, n.1, 1995.
- BELL, Daniel. *O Advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix, 1987
- BELLUZO, L. G. M.. Isto é Senhor, 1156, p. 30, 20/11/1991.

- BELLUZO, L. G. M. e COUTINHO, R.. *Desenvolvimento do capitalismo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1983. v. 2..
- BERMAN, M.. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- BOBBIO, N.. *O marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- _____. *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- _____. *Estado, Governo e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- BRUNDTLAND, G. H.. *Nosso Futuro Comum*. 2ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- BRÜSEKE, F. J.. *O problema do desenvolvimento sustentável*. IN: CAVALCANTI, C. (org.) *Desenvolvimento e natureza: Estudo para uma sociedade sustentável*. São Paulo; Recife: Cortez, Joaquim Nabuco, 1995.
- BUARQUE, C.. *A desordem do progresso*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- BUARQUE, C.. *O pensamento em um mundo Terceiro Mundo*. In: BURSZTYN M.. *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CAVALCANTI, C. (orgs). *Desenvolvimento e natureza*: São Paulo: CORTEZ: Recife: Joaquim Nabuco, 1995.
- CERRONI, U.. *Existe uma ciência política Marxista*. IN: BOBBIO, N., *O Estado e o Marxismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- COUTINHO, L. e FERRAZ, J. C.. *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira*. Campinas: Papyrus, 1993.
- CORIAT, B.. *Pensar pelo avesso*. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994.
- D'AMATO, J. L. e LEIS, H. R. *O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial*. IN: CAVALCANTI C. (org.) *Desenvolvimento e natureza: Estudo para uma sociedade sustentável*. São Paulo; Recife: Cortez, Joaquim Nabuco, 1995.
- DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital financeiro e agricultura no*

- Brasil. São Paulo: Icone/UNICAMP, 1985.
- DRUCKER, P.. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1993.
- FERRAZ, J. C. et. al. **Made in Brazil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- FERREIRA, L. C.. e FERREIRA, L. C.. Limites ecossistêmicos. IN: HOGAN, D. J. e VIEIRA, P. F.. **Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 1995.
- GADOTTI, M.. **Concepção dialética da educação**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.
- GENTILI, P. A. A.. **Projecto neoconservador y crisis educativa**. Buenos Aires: América Latina, 1994a.
- GENTILI, P. A. A.. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis: Vozes, 1994b.
- GEORGESCU - ROGEN, N. **The entropy law and the economic process**. Cambridge: Harward, 1971.
- GERRANTANA, V.. Quando a democracia é subversiva. IN: BOBBIO, N.. **O Estado e o Marxismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- GOLDMANN, Márcio. **Razão e diferença**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- GUIDUCCI, R.. A cidade dos cidadãos e a sociedade dos socialistas. IN: BOBBIO, N.. **O Estado e o Marxismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- GRAMSCI, A.. **Quaderni del Carcere**. Torino: Einaudi, 1975.
- GRUPI, L.. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- HADDAD, P. R.. Regiões, regionalismo e desequilíbrios espaciais de desenvolvimento: Algumas reflexões. IN: **Análise Conjuntural**. Porto Alegre, FEE 2(2): 255-270, agosto 1993.
- HAGENAUER L.. **Competitividade: Conceitos e medidas**. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1989. Nesses textos pode-se encontrar resenhada boa parte da Bibliografia que trata dos conceitos e medidas da competitividade, nacional e estrangeira.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993
- HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

- HOBSON, John A.. **A evolução do capitalismo moderno**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HOGAN, D. J. e VIEIRA, P. F.. (orgs) **Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 1995.
- INGRAO, P.. Democracia burguesa e ou estalinismo? Não: Democracia de massa. IN: BOBBIO, N.. **O Estado e o Marxismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- INNOCENTINI, M. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. São Paulo: Tecnos, 1979.
- JORNAL ZERO HORA. Aumenta a repressão aos clandestinos. Porto Alegre: RBS Jornal, 12/05/1996. p. 24.
- KRISCHKE, P. J.. **Atores sociais e consolidação democrática na América Latina**. IN: Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania. São Paulo: Cortez; Florianópolis; UFSC, 1995.
- KUHN, T. S.. **A estrutura das revoluções científicas**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- KUPFER, D.. **Uma abordagem Neo-Schumpeteriana da competitividade industrial**. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1992, Texto Discussão n. 299.
- _____. **Padrão de concorrência e competitividade**. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1991, Texto Discussão n. 265.
- LEITE, M. A. P.. **Destruição ou desconstrução**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- LESSA, C. Apresentação. IN: TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. **Desajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LEIS, H. R. (org). **Ecologia e Política Mundial**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- LEIS, H. R.. **Ambientalismo**. IN: Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1995.
- LEIS, H. R.. **Ambientalismo: Um projeto realista-utópico para a política mundial**. IN: **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1995.
- LUXEMBURGO, R.. **Introdução à economia política**. São Paulo: Martins

- Fontes, S.d.
- MATTOSO, J. e OLIVEIRA, C. E. B. (orgs). **Crise e Trabalho no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1996.
- MATTOSO, J. E. L. O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados. IN: OLIVEIRA, C.A.; MATTOSO, J. E. L.; SIQUEIRA NETO, J.F.; POCHMANN, M. e OLIVEIRA, M. A. (orgs). **O mundo do trabalho**. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta, 1995.
- MAY, P. H. e MOTTA, R. S. (orgs). **Valorizando a natureza: Análise econômica para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
- MAY, P.. Economia ecológica e o desenvolvimento equitativo no Brasil. IN: CAVALCANTI, C.(org.) **Desenvolvimento e natureza: Estudo para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez: Recife, Joaquim Nabuco, 1995.
- MAZZUCHELLI, F.. **Contradição em processo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MARTINE, G.. **A demografia na questão ecológica**. IN: MARTINE, G.. **População, meio ambiente e desenvolvimento**. Campinas: UNICAMP, 1996.
- MORICONI, I.. **A provocação pós-moderna: Razão histórica e política da teoria hoje**. Rio de Janeiro: EDUERJ DIADORIN, 1994.
- MORIN, E. e KERN, A. B. **Terra Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- MORIN, E. **O método I**. Portugal: Europa-América, 1987.
- MORIN, E. **O método II**. Portugal: Europa-América, 1989.
- NAKANO, Y.. **Globalização e comércio mundial. Economia Política**. São Paulo: Nobel, V14, n4, art-dez. 1994.
- NOVAES, W.. **Tirando o sono dos donos do mundo**. São Paulo: Gazeta Mercantil, 7/05/1996. p. A-3.
- OCHETTO, A.. Sobre o conceito de democracia mista. IN: BOBBIO, N.. **O Estado e o Marxismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- PIRES, E. L. S. e SEKIGUCHI, C.. **Agenda para uma economia política da sustentabilidade: Potencialidades e limites para o seu funcionamento**

- no Brasil. IN: CAVALCANTI C. (org.) **Desenvolvimento e natureza: Estudo para uma sociedade sustentável**. São Paulo; Cortez: Recife: Joaquim Nabuco, 1995.
- PORTELLI, H.. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- PORTER, M.. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- _____. **Vantagem competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- _____. **Estratégias competitivas**. Rio de Janeiro: Campus. 1996. Para aqueles que quiserem aprofundar essa discussão consultar: FAJNZYLBER, P. et al. **Sistema de indicadores da competitividade**. Campinas; Rio de Janeiro: IE/UNICAMP; IEI/UFRJ, 1993.
- POULANTZAS, N.. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- ROHDE, G. M.. **Mudança de paradigma e desenvolvimento sustentado**. IN: CAVALCANTI, C. (org.) **Desenvolvimento e natureza: Estudo para uma sociedade sustentável**. São Paulo; Recife: CORTEZ; Joaquim Nabuco, 1995.
- SACHS, I.. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986b.
- SACHS, I.. **Eco Desenvolvimento: Crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986a.
- SANTOS, B. S. **Introdução a uma crítica pós-moderna**. Rio de Janeiro: Geral, 1989.
- SANTOS, B. S.. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v. 2, n. 2, maio/ago, 1988.
- SANTOS, M. et al (org.). **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SIGNORILLE, C.. A democracia que transforma o Estado. IN: BOBBIO, N. **O Estado e o Marxismo**. Rio de Janeiro, Graal, 1991.
- STAHEL, A. W. **Capitalismo e entropia**. In: CAVALCANTI, C. (orgs). **Desenvolvimento e natureza: São Paulo: Cortez, Recife: Joaquim Nabuco, 1995.**

- STROH, P.Y.. As ciências sociais na relação interdisciplinar do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável. IN: CAVALCANTI, C. (org.) **Desenvolvimento e natureza**. São Paulo: Cortez; Recife: Joaquim Nabuco, 1995.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- TAVARES, Maria da Conceição. Sistema financeiro brasileiro e o ciclo de expansão recente. IN: BELLUZZO, L.G.M. e COUTINHO, R.. **Desenvolvimento do capitalismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1983. v. 2.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1983.
- TAVARES, Maria da Conceição. e FIORI, José Luiz. **Desajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- TEIXEIRA, Natermes Guimarães. **O sistema bancário brasileiro e suas transformações frente à atual crise**. Campinas: IE/ UNICAMP, 1985.
- TORRES, Jr., Alvaír Silveira. **Integração e flexibilidade**. São Paulo: Alfa-ômega, 1994.
- TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- VACCA, G.. Discorrendo sobre socialismo e democracia. IN: BOBBIO, N.. **O Estado e o marxismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- VIEIRA, P. F.. **Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento**. IN: Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania. São Paulo: Cortez; Florianópolis; UFSC, 1995.
- VIOLA, Eduardo J.. "O movimento ambientalista no Brasil (1971 - 1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável". In: GOLDENBERG, M. (org.). **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro, Reynan, 1992a.
- _____. & BOEIRA, S. . "A emergência do ambientalismo complexo-multissetorial no Brasil (particularmente na microrregião de Florianópolis)". **Universidade e sociedade face à política ambiental brasileira**. Brasília, IBAMA. 1990
- _____. & LEIS, Héctor R. . "Desordem global da biosfera e nova

ordem internacional: o papel organizador do ecologismo ". In: LEIS, Héctor R. **Ecologia e política mundial**. Rio de Janeiro, Vozes. 1991

_____. "A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bisetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável ". In: HOGAN, Daniel & VIERA, Paulo F. (orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas, Unicamp. 1992b.

_____. **O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável**. Brasília, Instituto Sociedade, População e Natureza (mimeo) 1993.

Worldwatch Institute Report. State of the World. New York, W.W Norton & Company.